



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA (DARQ)
ARQUEOLOGIA BACHARELADO

JENNIFER DAIANE MARQUES MELO DANTAS

**PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO/SE SOBRE A
ELEVAÇÃO DA PRAÇA SÃO FRANCISCO A PATRIMÔNIO CULTURAL DA
HUMANIDADE**

Laranjeiras
2014

JENNIFER DAIANE MARQUES MELO DANTAS

**PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO/SE SOBRE A
ELEVAÇÃO DA PRAÇA SÃO FRANCISCO A PATRIMÔNIO CULTURAL DA
HUMANIDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Arqueologia do Departamento em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arqueologia.

Área de Atuação: Arqueologia Histórica

Orientador: Prof^o. Dr^o. Paulo Jobim Campos de Mello.

Laranjeiras

2014

JENNIFER DAIANE MARQUES MELO DANTAS

**PERCEÇÃO DOS MORADORES DA CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO/SE SOBRE A
ELEVAÇÃO DA PRAÇA SÃO FRANCISCO A PATRIMÔNIO CULTURAL DA
HUMANIDADE**

Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel em Arqueologia, à comissão julgadora da Universidade Federal de Sergipe.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Orientador: Prof^o. Dr^o Paulo Jobim Campos de Mello
Universidade Federal de Sergipe

Prof^o. Dr^o. Ademir Ribeiro Júnior
Arqueólogo do IPHAN

Prof^o. Dr^o. Jenilton Ferreira Santos
Universidade Federal de Sergipe

À Maria Eduarda por ter chegado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar força e coragem para enfrentar os desafios e ter chegado até aqui.

Ao meu pai João Francisco, pelos grandes ensinamentos eternamente enraizados.

A minha mãe Maria Auxiliadora, pelas orações e por está torcendo pelo meu sucesso.

Ao meu esposo Silvério Júnior por toda dedicação, carinho e apoio ao longo dessa jornada.

Aos meus irmãos e cunhadas, Jonathan e Jean Pierre, Maria, Milena e Tyanne, pela torcida e carinho.

Á minha filha Maria Eduarda a razão da minha vida.

Á minha amiga e comadre Luciana Souza, pelo incentivo e presença constante em todos os momentos.

Á Joana Dias pela ajuda nos últimos momentos que foram essenciais para que pudesse chegar até aqui.

Á minha vizinha Rita Sales pela amizade e colaboração.

Aos meus colegas de turma, pelo incentivo e agradável convivência.

Aos professores e funcionários pelo apoio intelectual e material durante a realização do curso.

E a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, meu muito obrigada!!!

“Um dos principais problemas que a proteção ao patrimônio arqueológico enfrenta é o desconhecimento de grande parte da população sobre a importância desse patrimônio”.

(MÁRIO ALOÍSIO BARRETO MELO)

RESUMO

A cidade de São Cristóvão é um marco histórico do Estado de Sergipe, cujo espaço físico contempla a Praça São Francisco que no ano de 2010 foi contemplada com o selo da UNESCO de patrimônio da humanidade. Considerando as particularidades desse título, esta monografia se constitui numa discussão relacionada com a arqueologia pública, patrimônio cultural e arqueológico, turismo cultural e arqueológico e as questões relacionadas à elevação da referida praça a patrimônio da humanidade. Tem como objetivo principal discutir a repercussão da elevação dessa Praça a patrimônio cultural da humanidade, e verificar se ela modificou a vida das pessoas da cidade de São Cristóvão/SE. Trata-se de num estudo de campo que se utilizou de dois roteiros de entrevistas semi-estruturados, sendo um direcionado aos moradores da cidade de São Cristóvão e outro aos profissionais que trabalham diretamente acompanhando o fluxo de turistas na cidade (funcionários de museus, agências de turismo e etc.). Mediante análises das informações obtidas obteve-se que a maioria dos moradores que participaram do estudo não participou do processo de elevação da Praça e a conquista do título também não modificou a vida deles, embora tenham percebido um aumento na visitação as áreas turísticas da cidade. A Praça é importante para os moradores que lhe remetem a boas memórias. Para os trabalhadores a elevação trouxe aumento de turistas e gerou mudanças. O Museu Histórico de Sergipe aumentou consideravelmente o número de visitantes com a indicação e elevação da Praça a patrimônio da humanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia. Patrimônio Arqueológico e Cultural. Praça São Francisco Patrimônio da Humanidade. São Cristóvão. Turismo Cultural e Arqueológico.

ABSTRACT

The city of Sao Cristovão is a landmark of the State of Sergipe, and the São Francisco Square received the seal of UNESCO world heritage. This monograph constitutes a discussion related to public archeology, cultural and archaeological heritage, cultural and archaeological tourism and issues related to the elevation of the São Francisco square to world Heritage. The main objective is to discuss the impact of this fact, and see if it changed the lives of the city residents. The field study used two screenplays semi-structured interviews, one directed to the residents of the town and other to professionals who work directly with the flow of tourists in the city (officials of museums, agencies tourism and etc...). Through the data analysis it was realized that most of the residents did not participate in the process of obtaining the title, and it also did not change their lives, although they have noticed an increase in visitation tourist areas of the city. The Square is important for residents since it refers to good memories. For workers the increase brought increase of tourists and generated changes. The Historical Museum of Sergipe greatly increased the number of visitors.

KEYWORDS: Archaeology. Archaeological and Cultural Heritage. São Francisco

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Localização São Cristovão/SE	37
Foto 2 – Casas e Sobrados de São Cristovão.....	41
Foto 3 - Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	41
Foto 4 - Convento do Carmo	42
Foto 5 - Ruas e Ladeiras	42
Foto 6 - Conjunto Arquitetônico do Carmo	43
Foto 7 – Ordem Terceira do Carmo e o Convento do Carmo. Erro! Indicador não definido.	
Foto 8 – Interior do Convento do Carmo	44
Foto 9 - Igreja da Primeira Ordem.....	44
Foto 10 – Museu dos Ex-Votos	45
Foto 11 - Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória	45
Foto 12 – Museu de Arte Sacra	46
Foto 13 – Museu de Histórico de Sergipe	47
Foto 14 - Manifestações e Danças Populares.....	47
Foto 15 - Procissão de Senhor dos Passos.....	48
Foto 16 – Praça São Francisco (vista do alto)	49
Foto 17 - Praça São Francisco (vista de frente)	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo dos Moradores Entrevistados.....	60
Gráfico 2 – Frequência Percentual da Faixa Etária dos Moradores Entrevistados	61
Gráfico 3 – Frequência Percentual do Tempo na Cidade dos Moradores Entrevistados	62
Gráfico 4 – Grau de Instrução dos Moradores Entrevistados	62
Gráfico 6 – Conhecimento Sobre Patrimônio Arqueológico	64
Gráfico 7 – Conhecimento Sobre Patrimônio Cultural	65
Gráfico 8 - Existência de Patrimônio Arqueológico em São Cristovão/SE.....	66
Gráfico 9 – Preparação da Comunidade Para Receber Visitantes/Turistas.....	68
Gráfico 10 – Conhecimento Sobre Elevação da Praça São Francisco a Patrimônio Mundial	69
Gráfico 11 – Participação no Processo de Elevação da Praça São Francisco a Patrimônio Mundial	70
Gráfico 12 – Mudança no Fluxo de Turistas com a Elevação da Praça São Francisco a Patrimônio Mundial	72
Gráfico 13 – Mudança na Vida com a Elevação da Praça São Francisco a Patrimônio Mundial	73
Gráfico 14 – Praça São Francisco Traz Boas Lembranças	74
Gráfico 15 – Grau de Importância da Praça São Francisco	75
Gráfico 16 – Sexo dos Trabalhadores Entrevistados	77
Gráfico 17 – Faixa Etária dos Trabalhadores Entrevistados	78
Gráfico 18 – Frequência Percentual do Tempo na Cidade dos Trabalhadores Entrevistados.....	79
Gráfico 19 – Ocupação dos Trabalhadores Entrevistados	79
Gráfico 20 – Grau de Instrução dos Trabalhadores Entrevistados.....	80
Gráfico 21 – Representação do Sítio/Arqueologia Para a Comunidade.....	81

Gráfico 22 – Turismo Gera Oportunidades de Emprego	82
Gráfico 23 – São Cristovão Tem Condições Estruturais Para o Seguimento do Turismo	83
Gráfico 24 – Representação da Elevação da Praça São Francisco a Monumento da Humanidade Para a Cidade de São Cristovão/SE.....	84
Gráfico 25 – Elevação da Praça São Francisco Aumentou o Fluxo de Turistas nos Locais de Visitação de São Cristovão/SE.....	86
Gráfico 26 – Turistas Estrangeiros que Visitaram o MHS em 2012	87
Gráfico 27 – Fluxo de Turistas no MHS de 2004 a 2012.....	88
Gráfico 28 – Necessidade de Implantação de Novos Projetos Voltados Para o Turismo em São Cristovão/SE	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados do Perfil dos Moradores que Participaram da Pesquisa	59
Tabela 2 – Faixa Etária dos Moradores Entrevistados.....	60
Tabela 3 – Tempo que os Moradores Entrevistados Residem em São Cristovão.....	61
Tabela 4 – Dados do Perfil dos Trabalhadores que Participaram da Pesquisa.....	76
Tabela 5 – Faixa Etária dos Trabalhadores Entrevistados	77
Tabela 6 – Tempo que os Trabalhadores Entrevistados Residem em São Cristovão	78
Tabela 7 – Total de Visitas ao Museu Histórico de Sergipe no Ano de 2012	87

LISTA DE SIGLAS

CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico do Estado

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

OMT – Organização Mundial de Turismo

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUBPAC – Sub-Secretaria de Patrimônio Cultural

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS À ARQUEOLOGIA.....	19
1.1 Arqueologia Pública: Breve Abordagem Sobre as Transformações e Interesses da Arqueologia Relacionados ao Patrimônio	19
CAPÍTULO 2 – REFLETINDO SOBRE O TURISMO.....	27
2.1 Caracterização do Turismo Cultural e Arqueológico	27
2.1.1 Importância do Planejamento Turístico Para a Melhor Utilização do Patrimônio de Uma Localidade	33
CAPÍTULO 3 – SÃO CRISTOVÃO: REDUTO HISTÓRICO DO OBJETO DE ESTUDO A PRAÇA SÃO FRANCISCO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE.....	36
3.1 História de São Cristovão	36
3.2 Conjunto Arquitetônico e Patrimônio Cultural de São Cristovão.....	40
3.3 Praça São Francisco, Monumento da UNESCO	49
CAPÍTULO 4 – DESDOBRAMENTO DA METODOLOGIA	56
4.1 Os Caminhos do Desenvolvimento do Estudo.....	56
4.2 Etapa de gabinete	56
4.3 Etapa de campo.....	57
4.4 Análise de Resultados e Discussão	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92
APÊNDICES.....	100
Apêndice A – Roteiro de Entrevista Semi Estruturada (moradores).....	101
Apêndice B – Roteiro de Entrevista (funcionários de museus, agências de turismo e etc.)	103
ANEXOS	105

Anexo 1 – Esquema da Cadeia Produtiva do Turismo105

Anexo 2 – Esquema dos Macros Processos da Gestão do Patrimônio Arqueológico.....106

INTRODUÇÃO

A arqueologia apresenta-se como uma “ciência social que estuda os antigos processos históricos a partir dos vários tipos de vestígios materiais deixados pelos homens” (SCATAMACCHIA 2005, p.19). Trata-se de uma disciplina com uma multiplicidade de enfoques e socializações que dificultam a mesma de ser generalizada e entendida como ciência específica, tanto é que Funari (2007) comenta que de comum mesmo nas interpretações que existem sobre a arqueologia é o fato de que seu conhecimento parte da cultura material. É preciso acrescentar que além do material ela constrói seu objeto também através da representação em forma de texto e da narração.

Para Racuso (2011) a análise arqueológica ao descrever os discursos não se atem só ao objeto discursivo, mas também busca estabelecer uma relação com acontecimentos de outras ordens sejam elas sociais política, econômica e técnicas. Sobre esse fato Funari (2007, p.19) registra que “o sentido do registro arqueológico nesta perspectiva, não se reduz aos elementos constitutivos, mas [...] aos princípios que compõem as estruturas, subjacentes a tangibilidade visível da cultura material”, ou seja, não cabe apenas ao arqueólogo estudar o material, mas as relações sociais e as interpretações e as experiências sociais que as pessoas têm sobre esse material.

Merece ser mencionado também que são os diversos interesses da arqueologia dentre esses os da arqueologia pública que de forma prática interage com a sociedade. Interação essa que aproxima o leigo tanto do estudo dos restos arqueológicos, como os monumentos históricos, assim como o estudo do patrimônio cultural de uma determinada localidade, pois estes se apresentam como importantes portadores de mensagens e de cultura material. O aspecto público da arqueologia refere-se à atuação desta com as pessoas, das mais diversas comunidades visando a conscientização da importância da conscientização do patrimônio arqueológico e cultural (FUNARI e GONZALEZ, 2006).

Para Pozzi e Teixeira (2012) ao arqueólogo é possível investigar e buscar compreender os diferentes processos, internos e externos, que repercutem em mudanças ou mesmo manutenções das ordens sociais, políticas, religiosas e simbólicas inerentes a cada grupo humano, como acontece com o patrimônio cultural.

Tem-se no significado mais primitivo da origem da palavra patrimônio o termo grego *pater*, que significa “pai” ou “paterno”. Vem daí o fato do patrimônio se relacionar com tudo aquilo que é deixado pela figura do pai e transmitido para seus filhos. Com o passar do tempo,

essa relação de repasse acabou sendo estendida a um conjunto de bens materiais que estão intimamente relacionados com identidade, a cultura ou o passado de uma sociedade.

Na concepção de Brusadin e Silva (2012, p.71) o conceito de patrimônio cultural se relaciona intimamente com o de monumento histórico, uma vez que ambos se referem aos registros e memórias do passado de um povo e têm por finalidade “reviver esse passado, de modo a sensibilizar e criar uma relação intrínseca entre memória e saber”.

Sensato comentar que tanto o patrimônio cultural como o arqueológico estão em toda parte. São importantes áreas patrimoniais que possuem sítios históricos e monumentos antigos que guardam o registro de traços de culturas que podem despertar o interesse das pessoas e transformarem-se em áreas específicas para a apreciação e vivência, não só para os moradores da região, mas também para os visitantes de todas as partes do mundo, quando acontecer de serem tombados como patrimônio da humanidade.

Como mesmo comentam Teixeira et al (2012) muitos desses patrimônios descobertos fazem parte do cotidiano das pessoas, mas nem sempre estas percebem. Existem cidades que são ricas em patrimônio cultural, enquadram-se como cidades históricas, popularmente conhecidas como sítios arquitetônicos que no caso do Brasil e de outros países devem ser protegidos por lei.

Para Portuguese (2004), as cidades históricas se destacam por se apresentarem de forma diferenciada do modo de viver contemporâneo. São ambientes históricos construídos em diferentes momentos da humanidade que preservam traços e formas urbanas de beleza única, como acontece com São Cristóvão/SE, cujo centro histórico é o marco maior da representatividade do patrimônio cultural do Estado e um dos patrimônios da humanidade, tanto nos aspectos social, religioso, arquitetônico, arqueológico e cultural.

É com base nesse contexto que a proposta desta monografia é discutir sobre a Praça São Francisco, localizada na parte alta de São Cristóvão/SE que foi constituída para ser o centro da cidade e abrigo das estruturas políticas, judiciais e religiosas. Trata-se de espaço construído no final do século XVI e início do século XVII que permanece até os dias atuais como exemplo de patrimônio e herança cultural tanto para a população local, como a nível global, visto que a mesma recebeu recentemente, em agosto de 2010, o título de Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Sobre os conjuntos edificados do centro antigo da cidade, fica visível o destaque dado pelos prédios da Praça São Francisco considerado ímpar do barroco brasileiro. Além da Igreja de São Francisco, o Convento de Santa Cruz, a Capela da Ordem Terceira (atual Museu de

Arte Sacra), circulam a praça. A antiga Santa Casa com a Igreja da Misericórdia e o Palácio dos Governantes (atual Museu Histórico de Sergipe) e o Casario a completa. Esses locais de apreciação servem de estudos da Arquitetura, História, História da Arte, Arqueologia, entre outros.

Destaca-se que o principal argumento que endossou a candidatura da Praça São Francisco a patrimônio mundial foi o fato que a mesma foi construída quando os reinos de Portugal e Espanha encontravam-se unidos, período denominado de União Ibérica (1580-1640). Nesse período essas duas monarquias tiveram como único soberano os reis Felipe III e Felipe IV da casa da Áustria. Ou seja, ela representa o registro de modelo de construção baseada no código filipino de urbanização, portanto essa praça e seus entornos apresentam influências tanto portuguesas como espanholas e constituem um espaço de visível riqueza histórica.

Outra situação a ser mencionada é que a Praça São Francisco se apresenta com grande importância para o processo de formação da identidade dos moradores de São Cristóvão. Dentre os moradores mais antigos existem as recordações dos eventos que já vivenciaram nesse espaço, a exemplo das missas, coretos, prossições, os encontros marcados, os passeios que deram origem a muitos casais que se conheceram e curtiram juntos os eventos culturais realizados na praça. Ou seja, muitos são os moradores que de alguma maneira têm passagens da vida relacionadas as vivências no espaço da mesma.

É por isso que é oportuno estudar São Cristóvão, pequena cidade do interior do Estado de Sergipe que atualmente se destaca em meio a tantos outros monumentos tão belos espalhados pelo mundo. Nessa premissa busca-se analisar as representações da população local e tentar entender como elas percebem essa elevação. Ver também qual foi a participação que eles tiveram nesse processo e como a comunidade se relaciona com a praça como patrimônio cultural. Perceber qual o grau de importância que a Praça São Francisco representa para a população. E ainda verificar se houve repercussão no fluxo turístico da cidade com a elevação da praça a patrimônio mundial. E como a arqueologia pode interagir com as pessoas e com o patrimônio.

Sendo assim esta monografia tem como objetivo principal discutir a repercussão da elevação da Praça São Francisco a patrimônio cultural da humanidade, e verificar se ela modificou a vida das pessoas da cidade de São Cristóvão/SE.

Tem-se no reconhecimento do patrimônio cultural e da sua diversidade um importante divisor de águas para possibilitar o desenvolvimento socioeconômico, bem como a melhoria

da qualidade de vida da população que habita nas cidades onde existem centros históricos, considerando principalmente as possibilidades geradas pelo turismo cultural e arqueológico.

Autores, como Murta e Albano (2002); Barreto (2002) e Santos e Campos (2010) comentam sobre a importância de transformar os recursos culturais em atrativos turísticos, visando zelar e proteger patrimônio cultural de determinada comunidade.

Para Palma (2006) o turismo cultural tem a propriedade de trazer benefícios à comunidade local e motivar a população a zelar pelo patrimônio e pelas tradições da comunidade. Cria-se mais compromisso e cooperação entre os representantes da comunidade e os profissionais que vão explorar os atrativos locais, no sentido de gerar recursos capazes de garantir a proteção dos recursos do patrimônio em benefício das futuras gerações.

Em se tratando da prática turística nos espaços urbanos, a atividade contribui para o processo de revalorização do patrimônio cultural, por meio do estímulo à implantação de projetos e ações de revitalização que tencionam a sua incorporação à dinâmica contemporânea, e do aumento da percepção dos moradores sobre a importância da história, da cultura e das tradições enquanto elementos de reafirmação da identidade local.

Dessa forma esse estudo se justifica pelo fato de que há uma grande interação entre a arqueologia, patrimônio e turismo, são temáticas que estão caminhando juntas, estão interligadas na proposta de desenvolvimento deste estudo que tem como objeto o endosso da Praça São Francisco como patrimônio cultural da humanidade.

Entende-se que com a conquista do título de patrimônio mundial adquirido pela Praça de São Francisco, a cidade de São Cristóvão ganha a oportunidade de divulgar o patrimônio arquitetônico e cultural local esperando-se, com isso, uma melhoria da cidade.

O município de São Cristóvão tem muito ainda o que desenvolver, principalmente na área turística. Por ser uma cidade histórica e portadora de um título de grande relevância, a cidade não dispõe de restaurantes, pousadas, guias turísticos capacitados.

É preciso interagir mais com a população estimular a comunidade sobre o patrimônio cultural. Discutir sobre a importância do título de patrimônio da humanidade e sobre o que ele pode trazer de melhor para a cidade como: as várias oportunidades de emprego como a construção de pousadas, restaurantes, aumento no fluxo de turistas, crescimento no artesanato, nas comidas típicas entre outros. Com a implantação de novos projetos voltados ao turismo a cidade pode ganhar outro quadro e se tornar referência.

A arqueologia pública é fundamental para entender a relação de patrimônio cultural e sociedade. Essas discussões se interagem de forma ampla. É preciso que haja mais interação dos pesquisadores com a população a quem se quer entender e atuar em qualquer que seja o

contexto. A pesquisa precisa ser uma troca de conhecimento. Considera-se ainda que temas como esses devem ser mais estudados e direcionados para o discurso social.

Para a realização dos objetivos do estudo esta monografia encontra-se estruturada em quatro capítulos, onde é possível identificar conteúdos relacionados à arqueologia, patrimônio cultural, turismo em arqueologia da cidade de São Cristóvão, da Praça São Francisco e sobre ela elevada como patrimônio mundial da humanidade. Bem como trabalhos que serviram de referência para esta pesquisa.

O primeiro capítulo aborda os conceitos e particularidades encontrados na literatura relacionados à arqueologia que a enquadram como ciência que passou por transformações profundas e se encontra apta também a lidar com diversas áreas de interesse, dentre essas o estudo da relação do patrimônio com as transformações sociais que acometem determinada comunidade e arqueologia pública. Também traz algumas considerações sobre patrimônio arqueológico e cultural, visto que a Praça São Francisco se apresenta no cenário mundial como espaço rico em representações e memórias do passado, representantes tanto do patrimônio cultural como arqueológico, cujas belezas encantam pessoas da região, mas do mundo inteiro.

O segundo capítulo conceitua turismo e turismo cultural e arqueológico. Comenta sobre os interesses que impulsionam esse tipo de turismo, quais as variáveis e componentes necessários e envolvidas nesse tipo de negócio que viabilizam sua funcionalidade. Também discorre sobre benefícios que essa atividade proporciona tanto para a população local, como para o patrimônio cultural e arqueológico.

O terceiro capítulo caracteriza a cidade de São Cristóvão e a Praça São Francisco. Traz informações obtidas em registros históricos sobre a origem da cidade e dessa praça. Sobre o patrimônio cultural e arqueológico encontrados tanto na cidade como no espaço da praça, que foram identificados e catalogados nos documentos oficiais encontrados nos órgãos públicos e museus da cidade. E também aborda sobre o processo de elevação da Praça São Francisco a monumento da UNESCO.

Por fim, o capítulo quatro traz o desdobramento da metodologia adotada para o desenvolvimento do estudo. Como aconteceu a coleta das informações de campo, seus resultados, bem como uma discussão sobre eles.

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS À ARQUEOLOGIA

1.1 Arqueologia Pública: Breve Abordagem Sobre as Transformações e Interesses da Arqueologia Relacionados ao Patrimônio

Tem-se na arqueologia uma ciência que se preocupa em entender o passado para explicar as coisas do presente. Ciência essa que passou por muitas transformações e atualmente se encontra num momento de reflexões sobre sua própria existência positivista e processual cujo foco está em “conhecer o passado como realmente era”, com base na cultura material (FUNARI e GONZÁLEZ 2008, p.13).

Desde as décadas de 1970/80 que a arqueologia vem sendo influenciada principalmente pelas teorias pós-processualistas, o que tem provocado mudanças e quebra de padrões, uma vez que incorporou aos arqueólogos novas propostas como colaboradores dos mais diversos projetos sociais. Para os adeptos dessas teorias a arqueologia não deve se limitar somente a documentar os vestígios materiais das sociedades passadas, mas também construir algum tipo de conhecimento com base nos mesmos.

No entendimento de Carvalho e Funari (2007) foi esse momento de reflexão e de repensar da arqueologia que gerou a arqueologia histórica, aquática, pública, urbana e demais outras linhas de estudo. Só que para os arqueólogos positivistas e processualistas, de certa forma essa diversificação da arqueologia, proposta pelas teorias pós-processualistas, não é bem vista, pois termina por se afastar da vertente prática da arqueologia. Estudiosos que apóiam essa corrente criticam o pós-processualismo, pois entendem como sendo uma prática baseada na simples especulação teórica.

Para Rodrigues (2008) essa crítica é infundada, pois não é pelo fato de que o momento pós-processualismo até agora não tenha produzido metodologia ou mesmo uma nova prática de campo, que significa que a mesma esteja desligada do estudo da cultura material. Além de buscar ligações entre o presente e o passado por meio das informações contidas no material, ao arqueólogo é possibilitado contribuir no sentido de incrementar a coesão social, de maneira tal que envolva a sociedade como um todo num processo educativo de preservação da história, das tradições e da valorização do patrimônio cultural, pois a educação é uma das missões fundamentais da arqueologia.

[...] Não faz sentido separar a arqueologia da sua “vida concreta” (Shanks 2003) – as dificuldades políticas, culturais, logísticas e práticas, porque sem elas a arqueologia não pode existir. As escolas ortodoxas frisam a necessidade de distinção entre ciência/não ciência, arqueologia/não arqueologia. O pós-processualismo vem propor que realidades como a utilização de instrumentos, terminologias, direitos de acesso, linhas de autoridade, fotografia, sistemas de gravação, linhas telefônicas, logística, organização de transportes, superintendência local de antiguidades, ou diferenças culturais entre locais e equipa, sejam consideradas como parte estrutural e indispensável da arqueologia; reconhecem a prática arqueológica como um mundo vastíssimo e pretendem a abolição das fronteiras artificiais (RODRIGUES 2008, p.16).

No que se refere à prática da ciência arqueologia no Brasil, se verifica que essa, igual ao restante do mundo, também esteve durante muito tempo restrita à investigação acadêmica e no ensino da disciplina em cursos superiores, sem condições de trabalhar diretamente na interpretação dos vestígios arqueológicos. Para Scatamcchia (2005, p.17) a arqueologia vinha se comportando como uma ciência que durante muito tempo teve sua área de atuação restrita ao que citou como uma “aventura de caça ao tesouro, de busca de objetos exóticos”. Segundo esse mesmo autor trata-se de uma visão limitada e distorcida dos diversos universos de atuação da ciência arqueologia, que está apta para lidar não só com o estudo dos vestígios materiais, mas também com descobertas de cunho histórico e social.

Diante desse movimento de repensar da arqueologia dos últimos tempos, se observa um crescimento no número de estudos arqueológicos voltados a aproximar e a conscientizar a sociedade como um todo sobre a importância de preservar os achados arqueológicos. A arqueologia pública é o resultado desse novo pensar da arqueologia. É uma área da ciência arqueologia onde o pesquisador concilia interesses da comunidade pesquisada com o pensamento científico. Situação essa de suma importância no processo de construção de identidades para a consequente inclusão social.

Carvalho e Funari (2007) conceituam a arqueologia pública como sendo uma área da arqueologia voltada para o interesse público em geral. Funari e González (2006) expõem que esse é um conceito relativamente novo no campo arqueológico, e é fruto das transformações que ocorreram no âmbito das sociedades e das ciências nas últimas décadas. Acrescenta-se que foi na década de 1980 que arqueologia pública foi consolidada, e é fruto da homogeneidade social e da luta pelo respeito e valorização da diversidade ambiental e cultural.

Enquanto área de interesse público são muitos os arqueólogos que direcionam seus conhecimentos para se aproximar dos vários públicos leigos, como uma parte essencial de sua

responsabilidade social. Para Funari et al (2008, p.132) a arqueologia pública costuma “mostrar a diversidade, evidenciando a pobreza no passado, celebrando a arquitetura comum, fortificações que são comuns em vez das geralmente valorizadas”. Trata-se de uma maneira, de aproximar as pessoas comuns aos discursos arqueológicos, de forma que possam se reconhecer ao usarem o passado para criar textos alternativos para o presente, tão importantes para o fortalecimento das identidades.

Na visão de Santos e Alexandre (2011), é importante que o arqueólogo apresente a comunidade local através da educação, a sensação de pertencimento patrimonial e de construção da identidade. O trabalho com a comunidade é provavelmente o mais importante compromisso para a arqueologia pública, mesmo com uma enorme variedade de interesses conflitantes.

Através das atividades educativas o arqueólogo interage com a comunidade, onde tem início o processo de assumir a responsabilidade social em relacionar a experiência do passado à do presente, e contribuir na promoção do futuro. Uma vez que no Brasil a arqueologia pública está quase sempre relacionada ao desenvolvimento de pesquisas de contrato, sua discussão e prática estão associadas à definição de instrumentos e estratégias para a sustentabilidade sócio-ambiental (FUNARI e GONZÁLEZ 2006).

Para Sena (2011) vem sendo identificado uma situação de desaparecimento e destruição de monumentos históricos e obras de arte em território brasileiro que é importante os trabalhos da arqueologia pública. Para atingir os propósitos de incentivar a valorização e conservação do patrimônio, o movimento arqueológico público, conseguiu o apoio dos governantes, tanto é que já foram promulgadas no país uma série de legislações patrimoniais nas instâncias federal, estadual e municipais voltadas à proteção e preservação dos recursos arqueológicos e culturais.

Para Fonseca (2005, p.40) o tombamento é o “principal instrumento legal usado para que o Estado aproprie-se dos bens culturais que integram o chamado patrimônio nacional”. Verifica-se que o tombamento também foi criado como mecanismo de tombamento como patrimônio da humanidade.

Entende-se por tombamento um ato administrativo ou mesmo um conjunto de ações realizadas pelo poder público cujo objetivo é preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados (FUNARI e PELEGRINE, 2006; BRUSADIN e SILVA, 2012).

Mesmo existindo outros instrumentos de preservação, o tombamento é o instrumento mais empregado como rito de consagração do valor cultural de um bem. Brusadin e Silva (2012, p.78) atentam ao fato de que a proteção do patrimônio histórico não é uma tarefa fácil, pois o poder público ao tomar um patrimônio deve fazer a manutenção dos mesmos, e na falta de recursos essa situação fica difícil.

Acrescenta-se segundo Funari e Pelegrini (2006) que a União tem poder para tomar um patrimônio através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, bem como através dos órgãos competentes dos governos estaduais, ou pelas administrações municipais, utilizando leis específicas ou a legislação federal. Bem como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO pode tomar determinado patrimônio como bem da humanidade, como aconteceu com a Praça São Francisco objeto de estudo desta monografia. Para a UNESCO, torna-se importante preservar saberes e fazeres como bens culturais da humanidade.

Oportuno nesse momento comentar sobre patrimônio. Para Abadia e Rambelli (2013, p.02) “é muito sensível a amplitude do conceito de patrimônio, com a passagem da noção de patrimônio histórico para a de patrimônio cultural”. A primeira versão considerada por esses mesmos autores como reducionista, associava a noção de patrimônio aos grandes feitos consagrados na historiografia oficial ou de acordo com sua antiguidade. Com o passar do tempo essa noção é ampliada e passa a englobar também as manifestações folclóricas, ruínas de uma fábrica, bem como as obras contemporâneas, que passam a ser enquadradas como patrimônio cultural. Todo o entorno de um “monumento” deixa de ser valorizada isoladamente só como obra de arte, e passa a ter considerado também seu contexto social e cultural.

Brusadin e Silva (2012, p.71) afirmam que o conceito de patrimônio está intimamente ligado com o conceito de monumento histórico, devido ao fato de “ambos remeterem ao passado de um povo e terem por finalidade reviver esse passado, de modo a sensibilizar e criar uma relação intrínseca entre memória e saber”.

Segundo Gonçalves (2009) de forma moderna o patrimônio se apresenta com muitas delimitações bem precisas. Trata-se de uma categoria individualizada, seja como patrimônio financeiro e econômico, seja como patrimônio cultural, seja como patrimônio genético etc. que nem sempre foi assim. Em contextos sociais e culturais mais antigos, segundo esse mesmo autor, o patrimônio tinha um conceito mais amplo, com fronteiras imprecisas que se confundia com propriedade.

Recentemente construiu-se uma nova qualificação o patrimônio imaterial ou intangível, a exemplo de lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária e etc. recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos trata-se do oposto do denominado patrimônio de pedra e cal (GONCALVES, 2009).

Para Palma (2006, p.21) em seu mais amplo sentido, o patrimônio natural e cultural pertence a todos os povos. Cada um, portanto, tem o direito e a responsabilidade de compreender, valorizar e conservar seus valores universais. “A memória coletiva e o peculiar patrimônio cultural de cada localidade são insubstituíveis e uma importante base para o desenvolvimento não só atual, mas também futuro”.

Conforme a definição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e com base na legislação específica, o patrimônio material se constitui a parti do conjunto de bens culturais. Segundo Sena (2011, p.17) considerando a sua natureza os bens culturais se classificam em “bens arqueológicos, paisagísticos e etnográficos; históricos; belas artes; e das artes aplicadas”. Estes bens podem ser ainda “[...] imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos”.

Verifica-se segundo Ribeiro (2010) que as primeiras leis de preservação do patrimônio no Brasil são do ano de 1936 e 1937, período em que Getulio Vargas governou o país. Dentre estas estão às leis que criam os mecanismos de tombamento, que possibilitou a proteção do patrimônio arqueológico e cultural.

Pozzi e Teixeira (2012) ao discutirem sobre o patrimônio arqueológico, afirmam que desde que o patrimônio cultural brasileiro passou a ser protegido pelo Poder Público, através do Decreto-Lei nº 25/1937, só protege os sítios tombados, enquanto que a de 61 é que vai proteger todos os sítios arqueológicos. Ainda considerando as informações desses mesmos autores verifica-se que foi em 1961 que foi instituída a Lei Federal nº3. 924, que trata especificamente da proteção do patrimônio arqueológico nacional, e em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil também reconheceu os bens arqueológicos como Bens da União, incluindo-os no conjunto do Patrimônio Cultural Brasileiro.

A evolução de programas de preservação patrimonial na história brasileira passou por diferentes fases. Até a década de 1970 quase nada relacionado a preservação do patrimônio chegou a sair do papel, pois faltou interesse por parte dos governantes, além da falta de envolvimento da população com o patrimônio cultural e arqueológico.

Segundo Funari (2007, p.62-67):

Para o povo, há, pois, um sentimento de alienação, como se sua própria cultura não fosse, de modo algum, relevante ou digna de atenção. Devemos lutar para preservar tanto o patrimônio erudito, como popular, a fim de democratizar a informação e a educação, em geral. Acima de tudo, devemos lutar para que o povo assuma seu destino, para que tenha acesso ao conhecimento, para que possamos trabalhar como acadêmicos e como cidadãos, com o povo e em seu interesse. Como cientistas, em primeiro lugar, deveríamos buscar o conhecimento crítico sobre nosso próprio patrimônio comum. E isto não é uma tarefa fácil.

Considerando a Lei Federal nº3. 924 de proteção do patrimônio o Estado é o único responsável pela conservação dos mesmos, é proibido destruir assim como fazer uso econômico desse patrimônio, antes que sejam realizadas estudos de proteção e/ ou mitigação. Foi através dessa lei de proteção do patrimônio que os sítios arqueológicos, quase sempre considerados monumentos, passaram a ser considerados bens da União. Enquanto estes sítios arqueológicos sejam enquadrados como bens da União, torna-se obrigatório que os arqueólogos elaborem relatórios sobre os cuidados necessários à guarda e manutenção dos acervos gerados com as pesquisas arqueológicas. (RIBEIRO, 2010)

Pardi (2002) faz uso do conceito jurídico para definir patrimônio cultural e sítios arqueológicos, para tanto cita a o art 216 da Constituição e o Decreto Lei 25-37, que abordam sobre as categorias vinculadas a fatos da história ou por serem portadores de referência a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Dessa forma o patrimônio cultural brasileiro está formado pelo conjunto dos bens, históricos, artísticos, arqueológicos, etnográficos etc. Os sítios estão definidos no art. 2 da Lei 3924/61, como sendo testemunhos da cultura paleoameríndia do Brasil, são vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico.

Ainda considerando as explicações de Pardi (2002, p.18) os bens são definidos fisicamente quando individuados pelo tombamento ou pela Ficha de Registro inserida no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/IPHAN) para que eles possam ser localizados, reconhecidos e protegidos. Depois de reconhecidos e protegidos são enquadrados como “infungíveis, ou que não podem ser substituídos por outros da mesma espécie, quantidade e qualidade”.

Patrimônio arqueológico compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (PARDI 2002, p.18).

Sobre os sítios históricos Ribeiro (2010) comenta que eles são muitos, mas nem sempre se desenvolve uma atividade turística, pois não basta apenas existir, este deve apresentar um bom estado de conservação das obras e construções, a existência de hotéis, restaurantes e guias de turismo e a interligação à rede de transporte nacional.

Destaque deve ser dado aos programas governamentais que amenizaram o precário estado dos sítios históricos e pela expansão do turismo, que possibilitou a implantação de infraestrutura de hospedagem adequada e atração de investidores privados. Ribeiro (2010, p.23) acrescenta que existem dois tipos de sítio urbano:

[...] O primeiro, nas cidades históricas ou municípios históricos propriamente ditos, e o segundo, centros históricos parcialmente conservados das grandes cidades, que constituem um tecido bastante diferenciado, mas relativamente pequeno dentro do contexto metropolitano.

Diante da falta de recursos públicos para a preservação do patrimônio arqueológico e cultural, existe também grande discussão sobre como fazer para manter a conservação, recuperação e revitalização do patrimônio sem torná-lo auto-suficiente e lucrativo. Como comentam Abadia e Rambelli (2013) não dá para preservar um espaço protegido, sem o seu uso social, sem que este gere recursos para sua manutenção, pois depender exclusivamente dos poderes públicos é levar o patrimônio público a degradação gradativa. O foco da proposta de Abadia e Rambelli (2013) não é manter o patrimônio para lucrar com ele, mas torná-lo lucrativo para que ele consiga se manter.

Uma opção para tornar um patrimônio com poder aquisitivo para os gastos voltados a sua manutenção, que vem sendo posta em prática é através do turismo. Estudos na área atestam que essa atividade tem se apresentado como de grande importância para a sociedade. Não só por gerar renda e emprego, mas também por ser uma atividade que fomenta e instiga nas pessoas o desejo de revalorização dos recursos locais, pois oferece aos interessados passeios e atividades culturais diversificadas tanto para os moradores locais como para os turistas. Como já foi comentado por Funari a maioria das pessoas não conhece e não valoriza as riquezas locais.

Observa-se nos últimos tempos que o turismo cultural é uma atividade que vem tendo muita procura nas últimas décadas. Para as necessidades de manutenção e revitalização do patrimônio cultural e arqueológico nada mais propício que fazer uso das atividades turísticas.

O turismo cultural, enquanto manifestação do dinamismo social que caracteriza às nossas sociedades em diferentes âmbitos, também contribui para o progresso da consciência conservacionista e estimula a melhora das práticas conservacionistas e, por tanto, da gestão do patrimônio em seu conjunto (HERNÁNDEZ 2008, p.104).

CAPÍTULO 2 – REFLETINDO SOBRE O TURISMO

2.1 Caracterização do Turismo Cultural e Arqueológico

Como foi discutido no capítulo anterior o patrimônio cultural e arqueológico são bens que merecem proteção especial do poder público e dos cidadãos, pois são depositários de memórias históricas e de identidades coletivas, que reportam às origens e evolução da civilização. Representam o elo entre o passado e o presente, que permite aos cidadãos contato com a sua história e tradição. São partes integrantes de uma comunidade daí serem considerados de todos. Necessitam ser preservados e mantidos para garantir que as futuras gerações também possam usufruir deles, como defini o art. 225 da Constituição Federal.

Para que possa continuar existindo o patrimônio cultural e arqueológico necessita de atenções especiais, não só dos recursos oriundos do poder público, mas também da capacidade de se tornarem sustentáveis, tanto do ponto de vista econômico, como também culturalmente. Como afirmam Penteado et al (2013) sempre que os cidadãos se identificam com os seus bens culturais e reconhecem sua importância, eles estão exercitando a cidadania e possibilitando que esse bem tenha continuidade como cultural.

O turismo se enquadra como atividade que melhor tem conseguido contribuir para a continuidade da manutenção e sustentabilidade do patrimônio cultural e arqueológico.

Através da atividade turística, pode [...] equalizar cinco objetivos, cuja compatibilização é muito problemática: [...] preservação/conservação ambiental; identidade cultural; geração de ocupações produtivas e de renda; desenvolvimento participativo e qualidade de vida. Assim, o desenvolvimento, via turismo, envolve muitos aspectos inter-relacionados e dependentes (BENEVIDES 2002, p. 25).

Segundo material disponibilizado pelo SEBRAE (2010, p.09) a Organização Mundial de Turismo (OMT) as atividades turísticas englobam as atividades que as pessoas realizam quando viajam e permanecem em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo “inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros”. Já o turista caracteriza-se pelo visitante que se “desloca voluntariamente por período de tempo igual ou superior a vinte e quatro horas, para local diferente de sua residência e do seu trabalho sem que esteja motivado pela busca de lucro”.

Para Lickorish e Jenkins (2000) a atividade turística é o somatório de relacionamentos ocasionados por viagens e estadias de pessoas não residentes no local. Esses autores interpretam como sendo um fenômeno derivado de visitas temporárias em lugares distantes da residência habitual, não implicando em ocupação remunerada na região visitada. Para esses mesmos autores o turismo pode se tornar o elemento que irá garantir a manutenção de certas tradições e patrimônios originais que atraem os turistas.

Acrescenta-se que o turismo é uma atividade muito importante, pois tem a capacidade de despertar a curiosidade nas pessoas de conhecer, de interagir ou mesmo a vontade de simplesmente observar, tanto só atrativos naturais de uma localidade, como também as particularidades culturais de um povo.

Sobre as potencialidades do turismo Solla (2002) apresenta como vantagens da atividade turística a viabilidade do turismo para cuidar dos valores patrimoniais, da reserva de elementos naturais e para a melhoria da situação econômica local. Martins (2003) também entende que existe uma tendência no desenvolvimento do turismo para a preservação do patrimônio cultural e natural de uma região, com a participação da comunidade no desenvolvimento dessa atividade.

Sobre essa questão a atrair a participação da comunidade Lucas (2003) observa outra vertente positiva do turismo. Segundo esse autor o fato dos moradores locais, perceberem o valor que os turistas atribuem àquilo que está indo visitar, direcionado para algum aspecto de suas tradições ou paisagens, termina por despertar nesses moradores a possibilidade de ver e sentir coisas que sempre estiveram ao seu alcance, mas estavam passando despercebidas, sem que lhes dessem a devida importância e valorização. Assim, estes moradores desenvolvem orgulho pelo legado e desejam passá-lo para as gerações futuras.

Segundo estudos feitos por Ghetti (2006) o turismo beneficia as comunidades que possuem patrimônio arqueológico tanto na preservação desse patrimônio local, como no desenvolvimento de ações práticas de inclusão que permitem que a população local atue como agentes ativos em todo o processo da atividade turística, não só atendendo as demandas turísticas, mas também proporcionando cidadania, amor e respeito às coisas locais. Da mesma forma Barreto (2003) também expõe que o turismo permite que as pessoas da comunidade participem de alguma maneira no processo de recuperação da memória coletiva e de reconstrução das memórias histórica do lugar.

Atrelado a esses benefícios existe ainda a capacidade do turismo em possibilitar o desenvolvimento econômico de uma localidade, pois esta atividade tem a propriedade de ser uma multiplicadora da atividade turística, ou seja, o setor turístico tem o poder de ativar e

movimentar outros setores e atividades que não são necessariamente turísticas. Por exemplo, movimentam o comércio local, os transportes, a rede hoteleira, vida noturna, restaurantes e demais outras. Além de renda e emprego existe a possibilidade de distribuir renda e diminuir as desigualdades socioeconômicas regionais.

É com base nesse contexto que para as comunidades em crise econômica e que têm potencial turístico vêm aderindo ao turismo como forma de potencializar economia local e ao mesmo tempo valorizar e preservar os recursos naturais e culturais.

Considerando os benefícios do turismo comentados até o momento, é interessante acrescentar, segundo achados de Brusadin e Silva (2012), que no âmbito do turismo, essa atividade pode ser dividida basicamente no turismo motivado pela busca de atrativos naturais e o turismo motivado pela busca de atrativos culturais. Para este estudo se apresenta de como objeto de estudo o turismo cultural, que conforme Ghetti (2006) turismo arqueológico está inserido.

Ainda considerando as observações de Ghetti (2006, p.01) o turismo arqueológico possibilita que seja revelada a “identidade de um território e as qualidades de uma cultura local, fixando imagens e mensagens em experiências, por meio da visita a seus sítios”. Essa mesma autora acrescenta que a arqueologia pública se apresenta como peça chave para o desenvolvimento do turismo cultural, pois tem a preocupação de mobilizar as comunidades locais para que participem dos projetos turísticos. Durante esse envolvimento as pessoas vão se dar conta de que a proposta do turismo é apresentar aos visitantes algo exterior ou distante delas, mas lugares e situações que fazem parte de sua história de vida, das suas memórias.

É por isso que Ghetti (2006, p.03) entende que se trata do que descreve como sendo:

[...] Um processo permanente e sistemático, os sítios e os vestígios arqueológicos, além da sua materialidade concreta, possuem significados simbólicos que se acumularam ao longo de sua existência e que são fontes primárias de conhecimento e transformação individual e coletiva.

Antes de focar no turismo cultural propriamente dito é oportuno comentar um pouco sobre cultura e sua relação com a identidade social, pois como comenta Martins (2003) esses são termos indissociáveis. Segundo esse mesmo autor, para se constituir a identidade de determinado local não se considera somente seu espaço geográfico, mas também às relações sociais que são mantidas pelo grupo de pessoas que habitam nesse espaço. Enquanto grupo de pessoas precisam apresentar características próprias que são as características culturais. São essas características comuns ao grupo que vão dar origem a uma comunidade com identidade, são esses traços culturais que precisam ser mantidos e preservados.

Martins (2003, p.44-45) cita como elementos cruciais para que um grupo social possa existir através dos tempos a presença de território, pois segundo esse autor, “os grupos configuram sua existência através da ocupação de um lugar, de um campo espacial próprio. Ali marcam-se regras, normas de comportamento [...] ritos, etc.”; história que seria “a remissão ‘ao que fomos’ para chegar ao que somos” e finalmente o patrimônio que seria “em seu sentido amplo a materialização das tradições, os costumes, os modos de ser e de viver”, ou seja o território, a história, a cultura e o patrimônio têm, então, papel fundamental na formação e na consolidação das identidades locais e individuais.

Para Batista (2005) a cultura tem a mesma propriedade do cimento, pois é ela quem uni a sociedade e determina comportamentos pois é o produto das interações sociais. Também possui componente histórico, pois é o produto do que fomos e o do que somos e é parte da produção cultural coletiva. Para Batista (2005, p.73) “a ligação entre memória e identidade é tão profunda que o imaginário histórico-cultural se alimenta destes para se auto-sustentar e se reconhecer como expressão particular de um determinado povo”.

Para o turista sair de sua rotina e buscar novas experiências é o mesmo que sair a procura de novas formas de cultura, atraído pela oferta de produtos e serviços diferenciados do vivenciado no seu cotidiano. É essa busca pelo novo e diferente que faz com que as localidades sustentadas pelo turismo sobrevivam. Como a cultura é a identidade e é o que diferencia uma sociedade da outra, segundo Oliveira (2002,p.43) “nada mais natural que se utilizar do legado cultural, muitas vezes esquecido pela população e pelas administrações regionais, para diferenciar o produto turístico”.

É com base nesse argumento que o SEBRAE (2010, p.37) considera que a cultura é uma “dimensão fundamental na promoção do desenvolvimento turístico e humano”. Ainda considerando conteúdos disponibilizados pelo SEBRAE (2010), a cultura pode ser um diferencial atrativo turístico que serve como instrumento de valorização, preservação e conservação do patrimônio e da promoção econômica de bens culturais. Daí atuar junto aos interessados na motivação da prática do turismo cultural.

Diferente da contribuição dos serviços disponibilizados pelo SEBRAE, a UNESCO também tem um papel fundamental nas questões que dizem respeito ao turismo cultural. Segundo comentários de Dias (2006, p. 111), desde que foi criada, essa instituição demonstra preocupação com as questões relacionadas ao patrimônio cultural e o turismo, “visando o desenvolvimento de uma prática pautada na conservação dos monumentos e na contribuição do turismo para o desenvolvimento econômico”.

Sobre o turismo cultural Barreto (2000) acrescenta que se trata de todas as atividades turísticas que vivenciam os elementos significativos do patrimônio histórico, artístico e cultural, de forma tal que promovem e valorizam os bens materiais e imateriais da cultura. Enquadra-se nas atividades turísticas que tem como principal atrativo o patrimônio cultural. Esses recursos podem ser bens tombados ou não, podendo ser marcos arquitetônicos como obeliscos e similares prédios, monumentos, bairros, cidades, praças como acontece com o objeto de estudo dessa monografia. Necessário mesmo é a presença de características consideradas relevantes para a história e a cultura da localidade em que estão construídos.

Entram nesse rol também conforme registrado nos estudos de Barreto (2000 p.29-30).

Fora do patrimônio arquitetônico, existem outras peças de origem histórica, pertencentes ao cotidiano das populações, que geralmente se encontram nos museus. Há também uma enorme variedade de manifestações da cultura imaterial, chamada simbólica pela antropologia, entre as quais podem ser citadas as danças, a culinária, o vestuário, a música, a literatura popular e a medicina caseira, que despertam o interesse de turistas não institucionalizados.

Barreto (2000) explica de forma simples que o turismo cultural é igual às demais atividades turísticas cujo principal atrativo não é natureza, mas sim que faz parte da natureza humana, por exemplo, a história, o cotidiano, o artesanato, etc. Para a Organização Mundial de Turismo, o turismo cultural é como a procura por estudos, cultura, artes cênicas, monumentos, sítios históricos, manifestações folclóricas ou peregrinações.

Batista (2005) faz importante colocação quando afirma que o segmento turístico cultural vem crescendo cada vez mais, pois é uma tendência que está associada à elevação da escolaridade da população que, graças principalmente à globalização, vem aumentando no país. Esse mesmo autor observa também que o turismo cultural se apresenta como um meio para gerar recursos para a localidade, visto que atrai visitantes e incrementa o desenvolvimento econômico da região turística, desde que tenha características favoráveis a esse setor de turismo, que o torne sustentável, favoreça uma estratégia de dominação, controle, folclorização, instrumentalização dos nativos de maneira tal que viabilize a geração de lucro e prestígio para os agentes do turismo e para os governantes.

Para determinar se uma região é favorável ao turismo cultural é necessário que aconteça um planejamento antecipado, voltado a interpretar o patrimônio e as possibilidades da região com relação às estruturas de suporte para a prática da atividade turística. Para que uma cidade tenha uma atividade turística bem-sucedida precisa valorizar não só a experiência

do visitante, possibilitando que ele passe a conhecer patrimônios preservados e bem interpretados para a sua melhor compreensão, mas também precisa valorizar o próprio patrimônio, transformando-o em recurso da atividade turística e zelando por ele (MURTA, 2002).

[...] A valorização e fortalecimento do turismo passam pela defesa do patrimônio histórico, pela preservação e melhor aproveitamento dos monumentos, pelo enriquecimento dos valores tradicionais, desde a arquitetura regional ao folclore, passando pela gastronomia e pela defesa dos recursos naturais e, também, neste aspecto, é necessário ter uma perspectiva de desenvolvimento regional.

O anexo 1 traz um esquema produzido pelo SEBRAE (2010) com todas as variáveis e componentes necessários e envolvidas na funcionalidade da atividade turística. Trata-se de envolvimento e preocupação em providenciar setores líderes que vão viabilizam a experiência do turista, é preciso pensar em como chegar ao destino, o que comer, onde hospedar, o que ver, experienciar e fazer, quem organiza e realiza as operações, principalmente do receptivo. É preciso comentar que estas questões levantadas servem não só para tornar o turismo uma atividade rentável, mas também para tornar o ambiente favorável a atividade turística.

Segundo o SEBRAE (2010, p.19) “o planejamento e a organização dos espaços turísticos, aliados ao desenvolvimento sociocultural”, impulsionam as riquezas locais e dão base para o desenvolvimento seguro da atividade bem como a melhoria da qualidade de vida da população local.

Através do planejamento turístico é possível respeitar a diversidade da comunidade receptora, por meio de conservação da herança cultural das populações locais e conservar os recursos naturais e paisagísticos desse local. Esta concepção dá uma acentuada importância ao aspecto do planejamento turístico, que pressupõe a análise da capacidade de carga da localidade e a gestão participativa. Figueiredo (2005) acrescenta ainda que com a comunidade participando no planejamento da atividade turística as distorções são evitadas, pois ficam co-responsáveis pelas consequências que o turismo traz para ela. É a garantia do respeito aos elementos constitutivos da identidade dos grupos locais, e dá valorização dos mesmos, independente do lucro, ou seja, nada melhor que ter as pessoas que são da região atuando como guias turísticos contando as histórias locais, e zelando pelo patrimônio, evitando que os turistas poluam ou mesmo depreciem os pontos turísticos.

Mas afinal no que consiste um planejamento turístico e a sua importância para a potencialização da atividade turística?

2.1.1 Importância do Planejamento Turístico Para a Melhor Utilização do Patrimônio de Uma Localidade

Como se sabe, o momento atual é de forte expansão do turismo nas áreas com atrativos naturais, rurais, históricos e culturais. São cidades históricas a exemplo de São Cristóvão/SE, foco desta pesquisa, cidades detentoras de atrativos arquitetônicos, arqueológicos, artísticos, culturais e naturais. São locais construídos em diferentes tempos históricos, com culturas que eram bem diferenciadas das culturas atuais, daí suas formas chamarem a atenção pela diferença de materiais e funcionalidade. Com o aumento da demanda turística para esses locais é preciso conter ao máximo os efeitos negativos indesejáveis e muitas vezes irreversíveis, gerados pelo aumento da demanda pelos recursos naturais e culturais.

Entende-se que a falta de um planejamento turístico eficiente para essas localidades, com diretrizes e instrumentos adequados para a gestão dos espaços naturais, pode trazer danos não só ao ambiente natural, mas também a economia, a cultura e a sociedade local.

Pardi (2007) observa que a visitação a sítios arqueológicos é um desejo de muitas pessoas, mas nem todos têm conhecimentos suficientes para evitar participar de visitas irregulares a locais não previamente agenciados para esse fim. Para essa mesma autora “a arqueologia é uma ciência social, que se desenvolve sobre um objeto fragmentário e bastante sensível”. Cabe a arqueologia pública, pós-processual e reflexiva, garantir uma visitação turística segura e construtiva voltada a sensibilizar o turista sobre o cuidado com o patrimônio e ao mesmo tempo repassar conhecimento produzido sobre esses bens. É preciso comentar que essa temática é complicada, visto que, envolve muitas variáveis sobre pós-modernismo, globalização, inclusão social entre outros.

Um planejamento turístico estratégico tem a preocupação de interpretar o patrimônio e de envolver a comunidade em todo processo turístico, a fim de desenvolver atividades dentro do contexto do turismo sustentável. Procura realizar um levantamento dos ganhos e perdas com a atividade. Souza (2000) considera que pensar sobre quais recursos patrimoniais estão disponíveis e até que ponto é seguro se utilizar deles como forma de garantir a preservação de maneira sustentável são questões relevantes que devem ser pensadas para se verificar como o turismo pode contribuir para o desenvolvimento local.

Esse planejamento não pode ser superficial e deve respeitar a legislação de preservação vigente. O estudo dos impactos ecológicos das atividades turísticas apontadas por Souza (2000) como de recreação pode parecer sem qualquer valor aparente para a conservação dos recursos naturais, quando com os danos causados por outras atividades produtivas e industriais, mas os efeitos por menores que sejam precisam não devem ser negligenciados, pois como já foi comentado as atividades áreas com visitação natural estão em alta na rota do turismo. O crescimento descontrolado, descaracterização ambiental e perda da originalidade das destinações turísticas são alguns exemplos das conseqüências da ausência de planejamento de turismo.

É importante ressaltar que o turismo não é uma fonte de renda e emprego em municípios onde ele ainda não é desenvolvido, porém os patrimônios arquitetônicos, naturais e imateriais destas cidades poderiam ser um valor agregado à formulação, ao reconhecimento e ao esforço da autoestima destes municípios históricos, desde que seja realizado um planejamento turístico e se perceba a viabilidade da iniciativa (RIBEIRO, 2010).

Para Abadia e Rambelli (2013) o planejamento turístico possibilita a interpretação do patrimônio, daí ser um processo a ser desenvolvido em conjunto com a população do lugar e baseada nos princípios da sustentabilidade. É uma maneira mais respeitosa de inserção do turismo no dia a dia das comunidades. Possibilita também à população usufruir dos resultados com a geração de emprego e renda, tendo maior controle sobre seus recursos e seu futuro.

Para a arqueologia pública o planejamento turístico deve trabalhar com os pressupostos do protagonismo das comunidades em seus projetos. É importante valorizar e conservar o patrimônio, bem como promover o resgate do conhecimento do passado e aumentar a autoestima das populações locais. Além do caráter científico, podem se desenvolver formas de fomento sustentável para as comunidades, propiciar o (re)conhecimento de seu passado, além de reforçar seu caráter de identidade (ABADIA e RAMBELLI, 2013).

Conforme Scatamacchia (2005), países como Grécia, Egito, México e Peru são locais cujo patrimônio arqueológico é a base da economia. São países que recebem milhares de visitantes a cada ano e sendo grande fonte de geração de renda para as populações, fato esse que ainda não ocorre no Brasil, que ocupa o 13º lugar como destino para turismo cultural e o 17º lugar em turismo arqueológico. Essa colocação é resultado do atraso na promoção e comercialização turística de destinos, produtos e serviços relacionados especificamente com turismo cultural.

Uma situação é certa: o turismo cultural afeta os moradores da região, quando desperta sentimento de pertencimento e de orgulho, de preservação quanto afeta o turista, visto que gera curiosidade, e desejo de conhecer, de sair de seu contexto e se encontrar com o outro e sua diversidade. Quando as expectativas não são atingidas e não são levadas em consideração mediante um planejamento prévio, Martins (2003) afirma ser um fenômeno avassalador, pois tanto turistas como moradores locais confrontam suas identidades e sua cultura quando tratamos de deslocamentos humanos para o lazer.

É evidente que existem muitas dificuldades na realização de um planejamento turístico, as falhas existem e são muitas, mas é preferível tentar melhorar paulatinamente a qualidade das iniciativas turísticas, como iniciativas para contribuir com a manutenção do patrimônio cultural, do que deixar à mercê do insensível processo de destruição a que está submetido.

É oportuno neste momento da pesquisa fazer uma breve explanação sobre a atividade turística e o planejamento turístico desenvolvido em São Cristóvão/SE. Sobre a atividade turística, está vem sendo desenvolvida desde quando a cidade passou a ser destacada nos principais roteiros de Sergipe. As rotas disponibilizadas para o turismo na região foram planejadas pelo governo do Estado e pelo Ministério do Turismo, visto que se trata de uma cidade rica em patrimônio cultural material e imaterial e portadora de patrimônio tombado pela UNESCO, como a Praça São Francisco. Foram implantadas ações educativas e investimentos na preservação do patrimônio por parte do Governo, mas a atividade turística, por não estar sendo planejada, não tem gerado harmonia entre a comunidade, turistas e profissionais do turismo.

Segundo estudos realizados por Abadia e Barroco (2012), São Cristóvão possui expressivo número de manifestações culturais, mas estas vivem em constantes reinvenções, com adaptações dos mais variados tipos. O artesanato nem sempre apresenta identidade própria, visto que são utilizados modelos e materiais sem identificação com o cotidiano da localidade e, por vezes, nem mesmo tem indicado a procedência. Não existe preocupação em manter a identidade cultural da região.

Continuando no foco principal deste estudo, na sequência faremos considerações sobre a cidade de São Cristóvão e seu marco maior, a Praça São Francisco, patrimônio da humanidade.

CAPÍTULO 3 – SÃO CRISTOVÃO: REDUTO HISTÓRICO DO OBJETO DE ESTUDO A PRAÇA SÃO FRANCISCO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

[..] As cidades históricas, como popularmente são conhecidos os sítios arquitetônicos protegidos por lei no Brasil e em alguns países do mundo, apresentam em sua composição territorial uma série de peculiaridades que as tornam merecedoras de atenção especial (PORTUGUEZ 2004, p.03).

Nesse momento do estudo acontece a caracterização da cidade de São Cristovão no Estado de Sergipe e da Praça São Francisco patrimônio mundial, e marco histórico do sítio de São Cristovão.

Entende-se que a arqueologia é uma ciência que já não se preocupa apenas com o estudo dos materiais. A vertente arqueologia pública, já discutida neste trabalho, é a área da arqueologia voltada para o interesse público em geral, que visa construir diálogos entre a sociedade e seus patrimônios culturais a fim de preparar o cidadão para a preservação através do conhecimento e da identificação com o mesmo (CARVALHO e FUNARI, 2007).

3.1 História de São Cristovão

São Cristóvão está localizada a 25 km da capital do Estado Aracaju e possui uma população de 78.876 habitantes, onde predomina a população de baixa renda. Conforme literatura pertinente ao assunto trata-se da quarta cidade mais antiga do país. Foi fundada em 01 de janeiro de 1590, pelo Governador Interino do Brasil, Cristóvão de Barros, quando passou a ser a primeira sede da Capitania de Sergipe D'el Rei.

Segundo Nunes (1989) São Cristovão foi uma cidade que devido aos constantes ataques que destruíram completamente seu território teve sua localização transferida pelo menos duas vezes até se fixar no local que se encontra instalada hoje, à margem do rio Paramopama, conforme mapa 1, afluente do rio Vaza-Barris.



Foto 1 - Localização São Cristóvão/SE
 Fonte: <<http://www.aender.com.br/?p=1244>>

Igual às demais cidades da época da colonização, São Cristóvão se desenvolveu segundo padrão português dividida em cidade Cidade-Alta, onde funcionava a sede do poder político-administrativo e religioso, e as residências das famílias mais ricas da cidade que eram os fazendeiros e pecuaristas; e Cidade-Baixa, onde funcionava o comércio local, demais atividades produtivas, e onde residiam o restante da população de baixa renda (NUNES, 1989).

Até 1575, existiam em terras sergipanas índios que se recusavam a ser escravizados pelos portugueses e praticavam escambo com piratas doutros cantos da Europa, o que se tornava um mau exemplo para demais regiões da colônia. Para contornar o problema o Governador da Bahia, envia o padre Gaspar Lourenço para catequizar os índios e buscar a paz no local, assim, “ao Evangelho, e não às armas; à paz, e não à guerra, entregou-se a conquista da nova capitania” (FREIRE, 1977, 69).

Como não deu certo essa estratégia em 1589, o novo Governador, Cristóvão de Barros, fez uso das armas e depois de matar mais de 1000 índios, e escravizar cerca de 4000, instalou na região um forte e construiu e fundou no dia 01 de janeiro de 1590, o arraial que recebeu o nome de Cidade de São Cristóvão.

No ano de 1597 chegaram os primeiros jesuítas que deram início à construção do patrimônio material sacro do centro histórico de São Cristóvão. Conforme Freire (1977, p.94) “cedo vieram os jesuítas desdobrar a atividade de sua política em Sergipe [...] sob o duplo

caráter de sacerdote e agricultor, assumem a direção espiritual da capitania e pedem também doações de terra”. Depois dos religiosos Jesuítas, no ano de 1603 chegaram os Capuchinhos, os Carmelitas no período de 1618 ou 1619, os Beneditinos nos anos de 1693 e por fim, os Franciscanos, que se tornariam proprietários de terras, gados e engenhos (ABADIA e BARROCO, 2012).

Em 1637, São Cristovão foi invadida pelos holandeses, que buscavam salitre e prata. Para não deixar provimentos para os inimigos, os colonos fizeram uso da estratégia da “terra arrasada” incendiaram as lavouras, dispersaram o gado e conclamaram a população a desertar, quando os holandeses chegaram encontraram a cidade semideserta, completaram a obra da destruição, mas conservam os templos e demais estruturas (NASCIMENTO, 2012).

No ano de 1645 os holandeses são finalmente expulsos de São Cristóvão, que teve que ser praticamente reconstruída, depois das disputas entre portugueses e espanhóis. Nesse mesmo ano, a cidade passou a ser sede da Ouvidoria, pois passou a fazer parte do território baiano, situação que não melhorou em nada as condições de São Cristovão, visto que quase tudo que era produzido em Sergipe seguia para à Bahia, sem nenhum ônus para o Estado, situação essa que começou a desagradar as elites, pois apesar dos altos impostos e do desvios das riquezas do Estado, persistiam as invasões de negros, índios e habitantes do norte de Sergipe, ocorridas entre 1710 e 1770 (FREIRE, 1977).

No dia 8 de julho de 1820, acontece a emancipação política de Sergipe que deixa de ser parte da Bahia, e passa a ser a mais nova Província do Império do Brasil, e São Cristóvão assumi a posição de capital do Estado sergipano, situação essa que não agradou aos senhores de engenhos, que era a nova elite do Estado, pois necessitavam de uma capital que possuísse um porto com águas mais profundas, que viabilizasse a chegada de navios de navios maiores (FREIRE, 1977).

Depois de 35 anos como capital da província, no dia 17 de março de 1855, São Cristovão perde o posto de capital e Aracaju passa a ser mais nova capital de Sergipe, devido a sua localização que viabilizava a construção do porto, tão desejado pelos inúmeros donos de engenhos. Enquanto Aracaju cresce rapidamente, São Cristóvão amarga em crise econômica, até o início do século XX, quando em dezembro de 1911, instala-se na cidade uma grande fábrica de tecidos, que gera empregos e desenvolvimento local (NASCIMENTO, 2012).

Logo depois em 1913, chegam à cidade os trilhos da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, que liga São Cristóvão a Aracaju e Salvador. Com o advento da estrada de ferro, por volta de 1945 novas fábricas se instalam no interior e na sede. Com as novas

oportunidades de emprego e moradia, é gerada uma corrente migratória para São Cristóvão que sai da crise econômica (NASCIMENTO, 2012).

No dia 22 de junho de 1938, com a economia mais estabilizada e graças a sua riqueza cultural São Cristóvão é elevada à categoria de Cidade Histórica. No 21 de setembro de 1960 é inaugurado o Museu Histórico de Sergipe, cujo acervo intelectual consistia de mobílias e porcelanas das famílias tradicionais da extinta zona canavieira; ostentando brasões do Império e canhões da Guerra do Paraguai e da Guerra de Canudos; os quadros de artistas consagrados como Horácio Hora, Jenner Augusto e todos os seus amigos. Conforme entrevista realizada ao Sr Thiago Fragata¹, diretor do Museu Histórico de Sergipe, foram incorporados aos acervos deste museu, artefatos do Museu Afro-Brasileiro de Sergipe, de Laranjeiras, e do Arquivo Público Estadual, em Aracaju (SANTOS, 2012).

Em 1967, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomba o perímetro do Centro Histórico como patrimônio do Estado, inscrevendo-o no livro de tombamento arqueológico, etnográfico e paisagístico. Diante do reconhecimento por parte do Governo da importância histórica e cultural de São Cristóvão para o Estado de Sergipe, ficou evidente a necessidade de melhorar o acesso à cidade, fato esse que foi construída a rodovia João Bebe Água, que liga São Cristóvão a Aracaju (NASCIMENTO, 2012).

De certo ponto, descortina-se a paisagem urbana, numa grata e impressionante visão da arquitetura colonial das imponentes igrejas, algumas delas ainda do século XVII. Por este acesso, a cidade deixa-se surpreender em sua intimidade, entrega-se inteira e de vez ao visitante. Mostra, sem qualquer cerimônia, os danos que os homens já lhe fizeram, deformando sua paisagem urbana: o traçado das praças, o antigo calçamento de pedras e ali a imoralidade da luz neon. Dessa desapiadada depredação salvou-se intacta a Praça do Convento de São Francisco (FONSECA, 1990, p. 12.).

Em 1969 a Companhia Industrial São Gonçalo S.A. fecha suas portas. Em seguida na década de 1970 outra fábrica é fechada devido a falência a fábrica têxtil Sam Christovam Indústria S.A. Sem emprego os operários abandonam São Cristóvão, que passou a ser uma cidade dormitório de Aracaju devido à ausência de emprego. Desde que fechou a última fábrica da cidade que os novos administradores tentam manter a economia da cidade com base no turismo cultural, só que essa atividade ainda não deu certo até os dias atuais. Poucos são os moradores que sobrevivem do turismo. Por ficar a minutos de Aracaju, que tem maior estrutura de hotéis, agências de turismo, restaurantes, ou seja, disponibilizar melhores

¹ Entrevista, concedida a Santos (2012) no dia 27 de fevereiro de 2012.

condições aos turistas, estes fazem uso de toda estrutura oferecida pela capital, visitam São Cristovão, apenas por turnos manhã ou tarde, como é proposto pelas agências de receptivo radicadas na capital e retornam para Aracaju logo em seguida sem permanecer na cidade.

[...] Os poucos turistas que buscam a localidade para apreender sobre a cultura local, tem se deparado com uma cidade singular, onde teoricamente tudo funciona: com os museus e igrejas abertos a visitação, recepcionistas para atendimento e os informantes de turismo acompanhando os visitantes. Contudo, os serviços prestados ainda não det m a qualidade exigida pelo sistema de turismo, sendo de certa forma pouco cuidada e valorizada pela sua comunidade, onde o turista que busca o centro histórico ainda não tem op es que o motivem a estender sua permanência (ABADIA e BARROCO 2012, p.532).

3.2 Conjunto Arquitetônico e Patrimônio Cultural de São Cristovão

Mesmo com tantos registros de memórias históricas que tornam São Cristovão um museu a céu aberto, a cidade não conseguiu se destacar na atividade turística até os dias atuais e fixar o turista na cidade.

Os monumentos encontrados na cidade e seu conjunto arquitetônico são registros históricos de acontecimentos do passado que continuam existindo no presente que formam o espaço urbano atual. Refletem a identidade cultura e histórica dos moradores. “[...] As edifica es, o acervo de arte sacra, de objetos históricos, de religiosidade popular, evidenciam o modo de ser, viver e pertencer dos seus moradores” (SANTOS e ALEXANDRE 2011, p.08).

Como   possível observar conforme foto 2, as casas de São Cristóvão possuem portas e janelas estreitas, porque na época o imposto era cobrado de acordo com o tamanho da fachada da residência, mas também   possível encontrar ainda alguns sobrados maiores, datados dos séculos XVII e XIX.



Foto 2 – Casas e Sobrados de São Cristóvão
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

Observa-se conforme fotos 3 e 4, que até os dias atuais a arquitetura local possui a marca do período histórico em que foi sede do Governo, pois se trata de herança dos períodos do Brasil Colônia e Império.



Foto 3 - Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos²
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

² Igreja tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional, data do século XVII, foi construída pelos jesuítas. O templo tem algumas curiosidades como a ausência de torres e a presença de um lavabo em cantaria datado de 1743. Na sua parte lateral há uma gruta onde os negros realizavam rezas após as missas (IPHAN, 2007).



Foto 4 - Convento do Carmo³
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

Conforme observações de Gonçalves (2012) também é possível encontrar em São Cristovão ruas e ladeiras, conforme foto 5, datadas da época das invasões holandesas e grandes criações arquitetônicas, repletas de memórias históricas.



Foto 5 - Ruas e Ladeiras de São Cristovão
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

³ O convento foi fundado em 1699. A capela foi ampliada em 1739 e presume-se que as obras tenham sido terminadas em 1745 ou 1766, estando esta última data gravada no frontispício da igreja. (IPHAN, 2007)

O cento histórico de São Cristóvão traz todo patrimônio arquitetônico construído entre os séculos XVII e XIX nos estilos colonial-barroco e neoclássico. É a maior representação da cultura social e religiosa do Estado de Sergipe. Predomina a arquitetura sacra e civil, que é o registro expresso dos tempos em que o povo sergipano iniciou o curso da sua história (ABADIA e BARROCO, 2012).

O Conjunto Arquitetônico do Carmo, conforme fotos 6, 7, 8 e 9 possui construções do início do século XVIII, e estão localizadas na Praça Senhor dos Passos. Compreende o Convento do Carmo, a Igreja Conventual, fundada em 16 de julho de 1739, cuja construção tem estilo barroco, e a Igreja da Ordem Terceira que abriga o Museu dos Ex-Votos (OLIVEIRA, 2012).



Foto 6 - Conjunto Arquitetônico do Carmo

Fonte: Jennifer Dantas (2013)



Foto 7 – Ordem Terceira do Carmo e o Convento do Carmo

Fonte: Jennifer Dantas (2013)



Foto 8 – Interior do Convento do Carmo
Fonte: Jennifer Dantas (2013)



Foto 9 - Igreja da Primeira Ordem
Fonte: Jennifer Dantas (2013)



Foto 10 – Museu dos Ex-Votos
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

O Museu dos Ex-Votos, conforme foto 9, tem expostos objetos, fotos e imagens que são deixadas pelos devotos agradecidos pelas graças alcançadas. Está localizado em uma sala da igreja da Ordem Terceira do Carmo, também conhecida como igreja do Senhor dos Passos.



Foto 11 - Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

A Praça da Matriz, conforme foto 10, também faz parte do centro histórico de São Cristovão, e traz a riqueza arquitetônica da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória. É na Praça da Matriz que fica a Casa Paroquial, prédio que data do ano de 1846 e onde funciona na sede da prefeitura do município (OLIVEIRA, 2012).

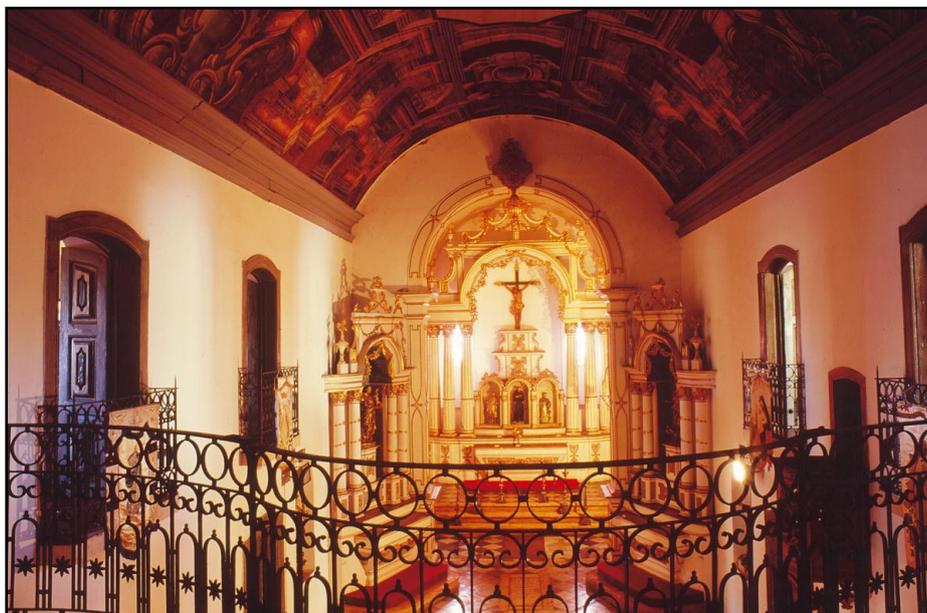


Foto 12 – Museu de Arte Sacra
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

O Museu de Arte Sacra de Sergipe, conforme foto 12, funciona no prédio da antiga Casa da Moeda. Fundado em 14 de abril de 1974, possui mais de 500 peças de arte sacra do século XVII ao XX e foi criado para preservar o patrimônio sacro do estado e se constitui no terceiro mais importante do país em sua categoria, está localizado na Praça São Francisco. Já o Museu Histórico de Sergipe, (antigo Palácio Imperial) conforme foto 13, é uma construção do final do século XVIII. Funciona no Palácio Provincial e possui relíquias da época do Brasil Império que vão de cofres, peças de mobiliário, cadeiras feitas de ossos de baleia, além da obra do artista laranjeirense Horácio Hora e de artistas sergipanos de várias épocas (OLIVEIRA, 2012; ARAGÃO, 2011).



Foto 13 – Museu de Histórico de Sergipe
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

Mediante o acervo apresentado de algumas das riquezas do centro histórico de São Cristovão, verifica-se que a cidade tem todo um perfil favorável ao turismo cultural. Trata-se de uma riqueza que vai dos espaços e construções seculares, até grupos folclóricos de manifestações e danças populares, conforme foto 14, a exemplo do Samba de Coco, os Reisados, o Batalhão de São João, a Caceteira, os Bacamarteiros e as Taieiras (SILVA FILHO, 2007).



Foto 14 - Manifestações e Danças Populares
Fonte: Jennifer Dantas (2013)



Foto 15 - Procissão de Senhor dos Passos

Fonte: Jennifer Dantas (2013)

As manifestações da religiosidade católica popular, também são realizadas nessa praça. A principal delas é a Procissão do Encontro na Festa ao Nosso Senhor dos Passos. Acrescenta-se que aliada às festividades sacras também acontecem as festividades profanas com apresentação de bandas musicais no mais diversos ritmos.

São Cristóvão é vista por Sampaio (2004, p. 50), como, “[...] uma cidade pacata, organizada, considerada dormitório e tem em seu conjunto patrimonial a referência barroca com igrejas belíssimas, casarões do período colonial e conventos, e ainda hoje conserva as suas romarias, as suas devoções, as suas festas religiosas e populares.

Para Santos e Alexandre (2011, p.11) a população de São Cristóvão precisa compreender o valor histórico e cultural da sua localidade. Falta que seja direcionado aos moradores um trabalho de educação patrimonial, focado no fortalecimento da identidade local capaz de resgatar a auto-estima na comunidade e torná-la consciente da importância de reivindicar ações na melhoria da qualidade de vida, onde se insere uma atividade turística dinâmica e participativa.

Para a população resta a espera que logo São Cristóvão se torne um Pólo Turístico, com possibilidade de gerar renda e emprego, principalmente depois do tombamento da Praça São Francisco como patrimônio da humanidade.

3.3 Praça São Francisco, Monumento da UNESCO

A Praça São Francisco foi tombada como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 01 de agosto de 2010 e foi condecorada com o selo oficial em 08 de julho de 2011. Para Sergipe ela é o maior patrimônio cultural do Estado. Para São Cristóvão é a possibilidade de ascender economicamente como cidade turística, além de símbolo de identidade cultural e orgulho e o palco das manifestações culturais, religiosas e festivas da cidade.

A Praça São Francisco é, com certeza, o mais belo e homogêneo conjunto arquitetônico colonial do Brasil. Nela, o visitante tem a impressão de estar integrado num longínquo instante da História, convivendo com as primeiras raízes da nacionalidade. Seja qual for o lado para onde se olhe, verá nas linhas das edificações e na pátina dos beirais, a coloração especial que os tempos idos e vividos já deixaram (FONSECA, 1990, p. 69).

Com mais de 400 anos a Praça São Francisco, conforme foto 16, se encontra localizada na parte alta de São Cristóvão. Trata-se de um sítio de influência portuguesa e espanhola que foi criado logo depois da fundação da cidade de São Cristóvão. Partiu da iniciativa dos franciscanos que chegaram à cidade por volta do século XVII.



Foto 16 – Praça São Francisco (vista do alto)

Fonte: <<http://www.titogarcez.com/2012/10sao-cristovao-praca-sao-francisco.html>>

Ainda observando a foto 16, é possível identificar espaço da praça, cujo formato retangular e amplo possui ao seu redor, um conjunto franciscano considerado ímpar do barroco brasileiro. Na foto 17 está destacado a Igreja de São Francisco, mais conhecida como Convento de Santa Cruz, que foi a primeira edificação da praça a ser construída. Verifica-se que no dia 10 de setembro de 1657, saiu à autorização do Governador Geral do Brasil, Francisco Barreto, para a construção dessa igreja, mas o início da obra só aconteceu 1693 e se prolongado até o século seguinte. Até os dias atuais a Igreja São Francisco está no mesmo lugar de sua origem (SOUTELO, 2007).

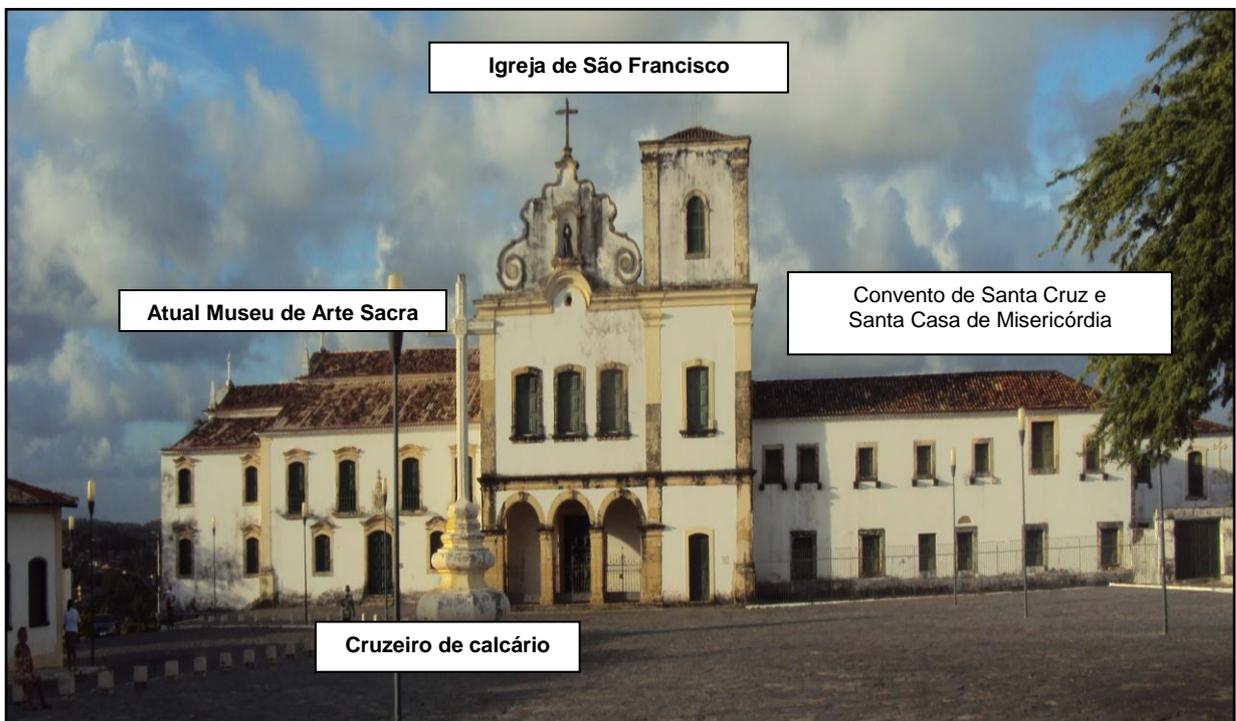


Foto 17 - Praça São Francisco (vista de frente)

Fonte: Jennifer Dantas (2013)

Depois da Igreja São Francisco, foram sendo construídas as demais edificações culturais que circundam a Praça São Francisco até os dias atuais, como a Capela da Ordem Terceira (atual Museu de Arte Sacra), a antiga Santa Casa com a Igreja da Misericórdia e o Palácio dos Governadores (atual Museu Histórico de Sergipe) e o casario que a completa, como já foi comentado, todas essas edificações atualmente estão tombadas IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (SOUTELO, 2007)

Para Telles (2007) a importância dessa praça se baseia no grande conjunto arquitetônico que ela abriga, valorizado pelo seu tamanho e amplitude, associada a uma

representação sociocultural da comunidade. Além de que esta praça também possui um cruzeiro, comum nos conjuntos franciscanos, constituído por uma cruz de calcário.

Abadia e Barroco (2012) destacam a importância histórico-cultural da praça, por ser o único exemplar no Brasil de um tipo de praça que se enquadra no Ato IX das Ordenações Filipinas, típica da arquitetura e planejamento urbano colonial realizado pelos espanhóis, aplicáveis também aos territórios portugueses durante a União Ibérica. Conforme esse modelo, a praça se encontra localizada no centro principal da cidade, e possui as forças políticas, jurídicas e religiosas, próximas.

Fragata (2007) e Silva Filho (2007) comentam sobre a importância das manifestações culturais religiosas e da religiosidade presente na figura do convento que outrora abrigou a ordem franciscana, os carmelitas e religiosos das tantas irmandades católicas, que sempre organizaram quermesses, sermões, missas campais e procissões, além de da participação da Praça São Francisco no cotidiano da cidade por mais de quatro séculos de experiência histórica.

Aragão (2010, p.12) considera que a Praça São Francisco se tornou referencial para cultura dos sergipanos, graças aos “três vértices do triângulo” formado pelo Convento de São Francisco, o Convento do Carmo, Igreja da Matriz, e com a ajuda das demais obras civis, religiosas e, por fim, pelo próprio conjunto urbano.

3.3.1 Processo de tombamento da Praça São Francisco

Até esse momento do estudo fica evidente a importância cultural da Praça São Francisco, não só para São Cristóvão, nem tão pouco para Sergipe, mas para a o restante do mundo, diante do seu recente tombamento como patrimônio cultural da humanidade, depois de uma tentativa anterior que aconteceu no ano de 2005.

Mediante acompanhamento de todo processo de tombamento da referida praça, verifica-se que não foi um processo fácil. A primeira tentativa foi negada, mas foram exigidas algumas medidas consideradas essenciais para um patrimônio adquirir o título de patrimônio da humanidade. Considerando os ganhos e a visibilidade adquirida aos olhos do mundo para os locais que forem reconhecidos pela UNESCO como cidades patrimônio da humanidade, justifica-se o empenho e o envolvimento das autoridades estaduais, municipais e da comunidade em prol da realização desse intento.

O intuito da UNESCO ao tombar um patrimônio como bem da humanidade é salvaguardar os espaços histórico-patrimoniais para as futuras gerações e de relevância ao nível mundial. Essa importância de Patrimônio Cultural da Humanidade foi instituída em Paris, no ano de 1972, onde a UNESCO, juntamente com outras organizações, criou o conceito (DIAS, 2005).

[...] A chancela da UNESCO dá aos sítios um emblema de patrimônio mundial que constitui um atrativo cultural e econômico, tanto para as regiões e países em que os sítios se localizam como para o importante fluxo de turismo cultural e ecológico (FUNARI e PELEGRINI 2006, p. 26).

Com o conceito adquirido de patrimônio cultural mundial a cidade passa a ter uma maior visibilidade tornando-se um forte ponto turístico. Mesmo a cidade que não fazia uso do turismo antes da indicação, não há como deixar de não fazê-lo pois, de uma forma ou de outra, a visibilidade é muito grande. Os ganhos que o turismo proporciona à comunidade são muitos. Atuam com agente transformador da consciência de moradores e visitantes sobre o passado e a tradição. Faz com que as pessoas valorizem o lugar que habitam, pois ele é singular e todos vão se interessar em conhecê-lo o que gera orgulho e consolida a identidade dos moradores. Além de que a atividade turística, e do intercâmbio cultural também enaltece o que um local tem de melhor como herança, seja ela natural ou cultural, e representa a possibilidade de crescimento para economia local, bem como geração de emprego e renda para a população (DIAS, 2005).

O valor intrínseco das cidades perpassa pela valorização e preservação do seu sítio histórico com seus edifícios, casas, calçamentos, praças que são documentos de um passado e que dão sentido ao presente para os cidadãos que nela habitam. Essas construções auxiliam na perenização da memória onde segundo esses bairros antigos são “como lugares socialmente produzidos, privilegiados pelo acúmulo de experiências humanas e de vestígios de cultura material, resultante da permanente apropriação das coisas do passado (FUNARI e PELEGRINI 2006, p. 31).

Porém para que aconteça a titulação de patrimônio cultural da humanidade, é necessária uma ação conjunta entre os atores sociais responsáveis pela atividade. O diálogo precisa ser horizontal onde se contemple as vozes de todos os representantes nas instâncias do poder público, da iniciativa privada e da população local (MACEDO et al 2010).

Conforme explicações de Aragão (2011) desde o ano de 2007, que a possibilidade da Praça São Francisco ser tombada como patrimônio cultural da humanidade tomou impulso, principalmente depois que o município, o estado de Sergipe e do Governo Federal, passaram a atuar de forma conjunta e o que possibilitou que a cidade recebesse inúmeros investimentos a fim de que todos os requisitos fossem cumpridos. O envolvimento da população na conquista também foi crucial, pois a participação da população trouxe empenho ao processo na forma de manifestos favoráveis a causa.

Cientes do potencial cultural de São Cristovão, os envolvidos no processo de tomaram ciência, em 2008, de algumas atitudes sugeridas pela UNESCO no que diz respeito a uma maior participação da comunidade local a favor da campanha, visto que, a mesma seria a principal zeladora desse patrimônio. Foram feitas campanhas de envolvimento e ações de infraestrutura, divulgação, educação ambiental e patrimonial, dentre outras. E, conseqüentemente, foi convocada para que grande parte da população se engajasse em aderir à campanha pró-candidatura (ARAGÃO, 2010).

Foram ações postas em prática em 2008 pela Comissão Pró Candidatura como forma de intensificar as ações com vistas a conquista do selo de patrimônio em caráter mundial:

Para atender as reivindicações da UNESCO de envolver a população estão sendo desenvolvidas regularmente campanhas de educação ambiental e patrimonial nas escolas. O projeto “música na igreja”, que está levando músicas clássicas e medievais para dentro das igrejas da cidade. O intuito desse projeto é levar a população local e o visitante para dentro dos monumentos, e assim, sensibilizar as pessoas sobre a importância do patrimônio edificado. A campanha do sítio histórico tem reivindicado seu espaço através das mídias sociais, bem como da criação de um site pondo em evidencia as ações para que esse pleito se torne visíveis, através do www.pracasaofrancisco.se.gov.br (MARCEDO et al 2010, p.12).

A reivindicação de São Cristovão foi reforçada na segunda fase do pleito junto à UNESCO, graças à parceria com a Espanha que declarou seu apoio a causa, fazendo uso da afirmação de que a Praça São Francisco é singular nas ordenações filipinas em terras portuguesas e, portanto, “um exemplo material único do momento histórico em que Portugal e Espanha estiveram unidos em sob uma mesma coroa” (ARAGÃO 2011, p.108).

Outras entidades que apoiaram e contribuíram para conquista do título foram Museu Histórico de Sergipe, a Casa do IPHAN e a Sub-Secretaria de Patrimônio Cultural (SUBPAC), entidades presididas por Thiago Fragata. Segundo estudos de Santos (2012, p.18) foi constatado “um protagonismo institucional e coletivo revelado na junção da Comissão

Pró-candidatura da Praça São Francisco a Patrimônio da Humanidade, que deu contribuição relevante para conquista do título chancelado no dia 1º. de agosto de 2010”.

Abadia e Barroco (2010) relembram que São Cristovão já havia sido tombada outras duas vezes: a primeira, como Monumento Histórico Estadual, ocorrido em 22 de junho de 1938 com o Decreto Estadual nº 94, sob a responsabilidade do Governo de Sergipe, através do Instituto do Patrimônio Cultural do Estado de Sergipe, quanto à preservação dos bens edificados protegeram monumentos isolados entre os anos de 1941/44 e em 1962.

A segunda quando esse mesmo conjunto arquitetônico e urbanístico passou pelo segundo tombamento e assumiu a categoria de Patrimônio Nacional, no dia 31 de janeiro de 1967. Foram tombados dez bens individualmente: Igreja e Convento Santa Cruz - Convento São Francisco; Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória; Sobrado à Rua Getúlio Vargas S/N – Casa do balcão corrido; Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo; Sobrado à Rua Messias Prado Nº20; Igreja de Nossa Senhora do Amparo; Antiga Ouvidoria – Casa do IPHAN; Antiga Santa Casa de Misericórdia – Lar Imaculada Conceição; Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (ABADIA e BARROCO, 2010).

Conforme Aragão (2011, p.108), três argumentos ganharam força para que a Praça São Francisco recebesse o selo de patrimônio cultural da humanidade:

- 1) A Praça é uma herança da aplicação dos antigos códigos filipinos em Sergipe, durante o período denominado de União Ibérica, no qual Portugal e suas colônias ficaram sob o domínio hispânico;
- 2) A Praça permaneceu como cenário das manifestações do poder administrativo, religioso e, principalmente, das manifestações do povo: do carnaval, dos festejos juninos e das manifestações do folclore;
- 3) A Praça é circundada por grandes obras do barroco nordestino, a exemplo do Convento de São Francisco, da antiga Santa Casa de Misericórdia. Pela singularidade da Praça São Francisco, percebe-se que esse espaço, ao se tornar patrimônio em nível global, pode ser atrativo para o turismo cultural, a exemplo de outros sítios históricos espalhados pelos cinco continentes.

Portanto foi assim que a Praça São Francisco, principalmente por ser constituída por um conjunto de edificações idênticas às que foram construídas em localidades colonizadas pelos espanhóis na América, recebeu a tutela de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 01 de agosto de 2010 e o selo oficial em 08 de julho de 2011.

Apesar da titulação, e mesmo sendo uma cidade dotada de uma herança cultural que, a princípio, é de todos, para se desenvolver ambientalmente, economicamente, socialmente, culturalmente etc. é preciso fazer valer os discursos e ações alinhadas com a vontade se não

de todos, mas da grande maioria da comunidade. É preciso diálogo e planejamento a médio e longo prazo a fim de aperfeiçoar os atrativos turísticos e espaços de relevância, pois esses locais estão fadados aos impactos negativos e conflitos sociais de maneira mais rápida e, muitas vezes, irreversível (MACEDO et al 2010).

Seja no campo arquitetônico, cultural e paisagístico, a população de todas as camadas sociais da cidade precisam ter consciência da relevância do seu patrimônio cultural. Os moradores, que devem ser os principais interessados querem a Praça São Francisco como patrimônio da humanidade. É preciso que exista infra estrutura de hospedagem, turismo e restauração alimentar para receber o turista (MACEDO et al 2010).

CAPÍTULO 4 – DESDOBRAMENTO DA METODOLOGIA

4.1 Os Caminhos do Desenvolvimento do Estudo

Para a realização deste trabalho foram adotados inicialmente dois caminhos: o estudo bibliográfico e documental, descrito na etapa de gabinete e o estudo de caso comentado na etapa de campo.

4.2 Etapa de gabinete

Essa primeira etapa do desenvolvimento da monografia teve início no mês de janeiro 2013 e foi finalizada em agosto 2013. Consistiu numa pesquisa bibliográfica e documental. Para tanto foram considerados além de livros e documentos escritos, outros conteúdos disponibilizados na internet em sites especializadas em arqueologia e turismo, a exemplo da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Revista Sergipe TradeTour; Revista Arqueologia Pública; Revista de Cultura e Turismo – CULTUR; Caderno Virtual de Turismo; Revista Museu.Revista Museologia e Patrimônio.

Segundo Orser (1992, p.39) através da pesquisa realizada por meio de análise documental os arqueólogos trabalham como historiadores, uma vez que “devem compreender como achar e interpretar documentos escritos da mesma maneira que os historiadores”, de maneira tal que integrem a informação que obteve por meio da análise documental com suas descobertas arqueológicas.

Considerando as contribuições da pesquisa bibliográfica e documental sugeridas por Prodanov e Freitas (2013, p.131) trata-se de pesquisa voltada a contextualizar e dar embasamento teórico ao estudo. Os resultados obtidos com essa pesquisa ficam registrados no referencial, na forma de uma revisão bibliográfica ou mesmo da literatura, que identifica o estado da arte. Demonstra que o pesquisador está atualizado nas últimas discussões no campo de conhecimento em investigação disponibilizado em “artigos, em periódicos nacionais e internacionais, livros já publicados, monografias, dissertações e teses”.

Para esta monografia o foco da pesquisa bibliográfica foram às fontes escritas ou de papel, cujos conteúdos abordaram sobre arqueologia e turismo cultural e em arqueologia

escritos pelos autores Orser (1992); Pardi (2007); Funari (2007, 2008, 2009); Scatamaccia (2005); Carvalho e Funari (2007) e outros mais; e patrimônio público e cultural segundo autores como Dias (2005); Figueiredo (2005); Fonseca (1999, 2005, 2009); Gonçalves (2010 e 2013) Oliveira (2013) e outros mais.

Para a pesquisa documental foram consideradas as informações e os dados estatísticos disponibilizados no site do Museu Histórico de Sergipe, localizado em São Cristóvão, como também conteúdos sobre a cidade de São Cristóvão e a Praça São Francisco encontrados na dissertação de SAMPAIO (2004) e PALMA (2006); artigos reunidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); e os autores FRAGATA (2007); SILVA FILHO (2007) MACEDO et al (2010); ARAGÃO (2011); ABADIA e BARROCO (2010); SOUTELO (2007) e outros mais.

Concluída a etapa de gabinete teve início a etapa de campo.

4.3 Etapa de campo

Estudo de caso segundo Prodanov e Freitas (2013, p.60) se baseia na coleta e na análise das informações sobre um determinado indivíduo, ou uma família, um grupo ou mesmo uma comunidade, como é o caso deste estudo, a fim de pesquisar aspectos variados, segundo o assunto da pesquisa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, que tem como objetivo estudar profundamente um ou mais objetos. Para que seja realizado é imprescindível que se respeitem requisitos básicos como “severidade, objetivação, originalidade e coerência”. Gil (2010, p. 37) “[...] é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto. [...] Igualmente, estudos de caso diferem do método histórico, por se referirem ao presente e não ao passado.

Sendo assim para o estudo de caso se optou pela aplicação de 20 entrevistas semi estruturadas, sendo 11 para moradores próximos a Praça São Francisco, escolhidos de forma aleatória e 09 pessoas que trabalham nas edificações que circulam a praça, dentre essas o diretor, um moderador, uma professora de História e duas estagiárias, todas funcionárias do Museu Histórico de Sergipe, um guia turístico, um artesão, duas estagiarias de arqueologia, uma funcionária pública.

O roteiro de entrevistas que foi definido para ser aplicado aos moradores apresenta três momentos distintos (apêndice A, página 102), sendo o primeiro com perguntas voltadas a

à caracterização do perfil do entrevistado, o segundo busca perceber os conhecimentos relacionados à arqueologia, patrimônio arqueológico, patrimônio cultural e turismo dos entrevistados e o terceiro questiona sobre os conhecimentos sobre a elevação da Praça São Francisco a patrimônio mundial dos mesmos. O roteiro de entrevista está constituído por 11 questionamentos, todos baseados em perguntas objetivas.

Igual ao roteiro de entrevista elaborado para os moradores, o roteiro destinado a pessoas que trabalham em museus, guias de turismo e etc. também apresenta três momentos distintos (apêndice B página 104), sendo o primeiro com perguntas voltadas a caracterização do perfil do entrevistado, o segundo busca perceber os conhecimentos relacionados à arqueologia, patrimônio arqueológico, patrimônio cultural e turismo dos entrevistados e o terceiro voltado a conhecer a percepção destes sobre a elevação da Praça São Francisco a patrimônio mundial. O roteiro de entrevista está constituído por 06 questionamentos, todos baseados em perguntas objetivas.

As entrevistas foram aplicadas no período de 22 a 25 de agosto 2013. Todas contaram com a presença da pesquisadora. Para cada entrevistado foi previamente agendado um horário, uma vez que as entrevistas foram individuais. Durante a coleta de dados, inicialmente aconteceu a entrega do roteiro, em seguida foi realizada uma leitura das perguntas a fim de acabar com eventuais dúvidas relacionadas às mesmas. Depois das explicações foi dado um tempo para que o entrevistado respondesse aos questionamentos.

Depois de todas as entrevistas aplicadas os dados foram agrupados em gráficos e tabelas fazendo uso da ferramenta Excel, para que facilitasse a compreensão dos resultados.

4.4 Análise de Resultados e Discussão

Como já foi comentado a partir desta etapa acontece efetivamente a análise dos dados obtidos depois da aplicação das entrevistas junto aos moradores com residências próximas a Praça São Francisco e pessoas que trabalham na cidade de São Cristóvão, com atividades relacionadas com o turismo cultural e arqueológico, sobre como elas percebem a elevação da Praça São Francisco a patrimônio mundial, a forma como eles participaram de todo esse processo e como eles se relacionam com a praça como patrimônio cultural, bem como saber o que ela representa na vida dos mesmos. Também é imperioso identificar qual o

grau de importância que a Praça São Francisco representa para os entrevistados e observar se houve repercussão no fluxo turístico da cidade com a elevação da praça a patrimônio mundial.

4.4.1 Análise das respostas obtidas junto aos moradores que participaram da pesquisa

Parte 1 – Dados dos Entrevistados

Considerando as três etapas do roteiro aplicado aos moradores de São Cristóvão inicialmente acontece a análise dos dados relacionados ao perfil das pessoas que participaram do estudo. Para identificar o perfil desses 11 moradores foi utilizado as respostas relacionadas às variáveis: sexo, idade, tempo que reside na cidade e grau de instrução.

Para reunir as informações coletadas de cada uma das pessoas participantes do estudo, estas foram denominadas de sujeitos 1, 2, 3 e assim sucessivamente. Todos os dados relacionados às variáveis citadas foram reunidos na tabela 1.

Tabela 1 – Dados do Perfil dos Moradores que Participaram da Pesquisa

Sujeito	Sexo	Idade	Tempo na Cidade	Grau de Instrução
01	Feminino	43 anos	23 anos	Nível médio completo
02	Feminino	36 anos	36 anos	Nível médio completo
03	Feminino	34 anos	34 anos	Nível médio completo
04	Masculino	31 anos	31 anos	Superior completo
05	Feminino	48 anos	48 anos	Nível médio completo
06	Feminino	19 anos	18 anos	Superior completo
07	Masculino	53 anos	53 anos	Pós graduado
08	Feminino	54 anos	54 anos	Nível médio completo
09	Feminino	24 anos	24 anos	Nível médio completo
10	Feminino	42 anos	22 anos	Nível médio completo
11	Feminino	61 anos	61 anos	Nível médio completo
	Média	40,4 anos	36,7 anos	

Fonte: Jennifer Dantas (2013)

Para identificar a frequência da variável SEXO, os dados da tabela 1 relacionados a essa variável foram reunidos no gráfico 1, onde é possível observar que predominam os sujeitos do sexo feminino, com uma frequência de 82% em relação ao masculino cuja frequência é de 18%.

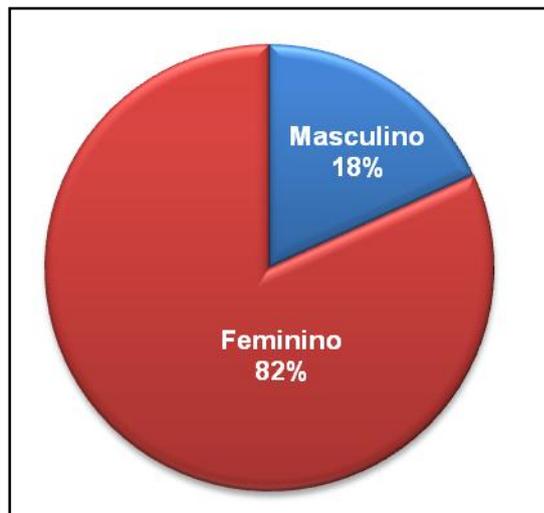


Gráfico 1 – Sexo dos Moradores Entrevistados
 Fonte: Jennifer Dantas (2013)

Para analisar a FAIXA ETÁRIA dos moradores que participaram do estudo, as idades relacionadas na tabela 1 estão agrupadas inicialmente na tabela 2 e depois no gráfico 2 a fim de identificar a frequência percentual de ocorrência de cada faixa. Dessa forma as idades foram agrupadas nas seguintes faixas etárias: moradores com idades entre 10 a 29 anos, 30 a 49 anos, 50 a 69 anos.

Tabela 2 – Faixa Etária dos Moradores Entrevistados

Faixa etária	Frequência	Frequência Percentual
10 a 29 anos	02	18%
30 a 49 anos	06	55%
50 a 69 anos	03	27%
Total	11	100%

Fonte: Jennifer Dantas (2013)

As informações coletadas junto à população mediante aplicação de roteiro de entrevista reunidas na tabela 2 e no gráfico 2 mostram que predominaram os moradores que se encontram na faixa etária dos 30 a 49 anos, com uma frequência de 55%.



Gráfico 2 – Frequência Percentual da Faixa Etária dos Moradores Entrevistados
 Fonte: Jennifer Dantas (2013)

A próxima variável a ser analisada, que também está representada na tabela 1, é a que traz os dados relacionados ao TEMPO NA CIDADE que o morador que participou do estudo tem. Igualmente ao que foi definido para analisar a idade, o tempo na cidade também foi agrupado em faixas na tabela 3 e depois no gráfico 3 a fim de identificar a frequência percentual de ocorrência de cada faixa. Dessa forma o tempo na cidade ficou agrupado nas seguintes faixas: moradores que moram em São Cristovão/SE entre 10 e 29 anos, 30 e 49 anos, 50 e 69 anos.

Tabela 3 – Tempo que os Moradores Entrevistados Residem em São Cristovão

Tempo na Cidade	Frequência	Frequência Percentual
10 — 29 anos	04	36,5%
30 — 49 anos	04	36,5%
50 — 69 anos	03	27%
Total	11	100%

Fonte: Jennifer Dantas (2013)



Gráfico 3 – Frequência Percentual do Tempo na Cidade dos Moradores Entrevistados
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

As informações reunidas na tabela 3 apontam um empate nas frequências 10 a 29 anos e 30 a 49 anos.

Finalmente, para identificar o GRAU DE ESCOLARIDADE que predomina entre os moradores que aceitaram participar do estudo as informações da tabela 1 foram reunidas no gráfico 4.

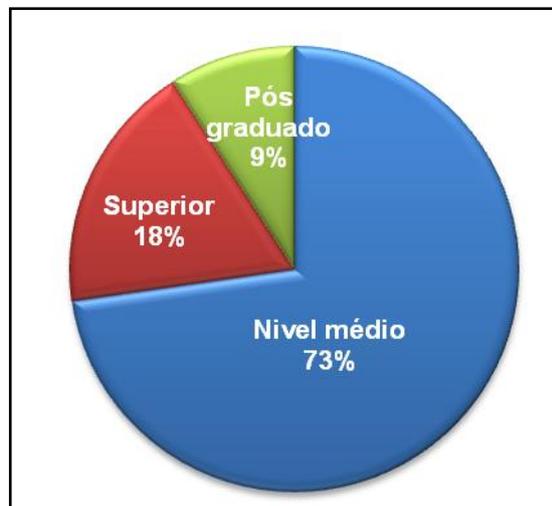


Gráfico 4 – Grau de Instrução dos Moradores Entrevistados
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

Com base nas informações percentuais reunidas no gráfico 4, se observa que predominaram os moradores que possuem o nível médio completo, com uma frequência de 73%.

Conhecidas as informações relacionadas às variáveis sexo, idade, tempo que reside na cidade e grau de instrução, o perfil predominante dos moradores que participaram do estudo são mulheres com idades entre 30 a 49 anos, cujo nível de escolaridade é o ensino médio completo. Elas residem em São Cristóvão/SE desde que nasceram daí estarem na cidade numa faixa de tempo de 30 a 49 anos. Portanto são pessoas que moram na cidade há muito tempo e já usufruíram e conhecem bem a Praça São Francisco, bem antes de a mesma ser elevada ao título de patrimônio da humanidade.

Parte 2 – Conhecimento Sobre Arqueologia, Patrimônio Arqueológico, Patrimônio Cultural e Turismo

Nessa segunda parte da análise das entrevistas estão reunidas as informações coletadas sobre o conhecimento dos mesmos sobre arqueologia, patrimônio arqueológico, patrimônio cultural e turismo. Sendo assim, seguindo a ordem do roteiro de entrevista disponibilizado aos entrevistados, inicialmente foi perguntado aos entrevistados se eles **JÁ OUVIRAM FALAR SOBRE ARQUEOLOGIA, SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E ARQUEÓLOGOS**. As respostas obtidas estão reunidas no gráfico 5.



Gráfico 5 – Conhecimento Sobre Arqueologia, Sítios Arqueológicos e Arqueólogos
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

O gráfico 5 demonstra que para 91% dos moradores que participaram da pesquisa sim eles já ouviram falar sobre arqueologia, patrimônio arqueológico, patrimônio cultural e

turismo. Essas respostas são justificadas pelo passado da cidade de São Cristóvão/SE que a fez tão rica em patrimônios culturais e arqueológicos. Para a grande maioria dos moradores ouvir falar desses termos é situação comum. Como mesmo observam Santos e Alexandre (2011) as diversas memórias históricas de São Cristóvão/SE a tornam um museu a céu aberto. Tanto os seus monumentos e sítos arqueológicos, como também o seu conjunto arquitetônico registram um passado que existe até os dias atuais, passado esse que é responsável pela identidade cultural e histórica dos moradores dessa cidade.

Na sequência do roteiro foi perguntado aos entrevistados se sabiam o QUE É PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO. Foram dadas como opções de respostas SIM; NÃO, MAS JÁ OUVI FALAR; NÃO, NUNCA OUVI FALAR. As respostas obtidas estão reunidas no gráfico 6.



Gráfico 6 – Conhecimento Sobre Patrimônio Arqueológico
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

O gráfico 6 demonstra que para 73% dos moradores que participaram da pesquisa sabem o que é patrimônio arqueológico e 27% nunca ouviu falar. Fazendo uma correlação com as respostas a pergunta anterior se constata que aumenta muito a frequência de pessoas que NUNCA OUVIU FALAR. Ninguém afirmou ter ouvido falar em patrimônio arqueológico, verifica-se que, ou se sabe o que é patrimônio arqueológico ou nunca se ouviu falar. Essa situação pode ser explicada pelo fato de que em São Cristóvão/SE o termo patrimônio arqueológico não é tão corriqueiro como ouvir falar de patrimônio cultural. Não existe na cidade nenhum monumento tombado como patrimônio arqueológico, nem tão pouco recentemente tem acontecidos pesquisas arqueológicas na cidade. É fato que nem todas as

peças entendem que a arqueologia também estuda os fatos históricos, não só os resquícios materiais.

Scatamcchia (2005) comenta que durante muito tempo a arqueologia esteve associada ao estudo dos objetos do passado, situação essa distorcida, pois também se refere a pesquisas históricas e sociais. Estudos de Funari et al (2008) demonstram a preocupação da arqueologia pública em aproximar as pessoas comuns dos discursos arqueológicos, ou seja, a arqueologia está mais presente na vida das pessoas do que elas imaginam, principalmente num ambiente rico patrimônio histórico como é o de São Cristovão/SE.

Sena (2011) alerta para o fato de que muitos sítios arqueológicos bem como monumentos históricos estão sendo destruídos por falta de valorização e conservação desse patrimônio, tanto por parte da população como dos governantes. Entende-se que a falta de informação é um importante fator para o agravamento dessa situação. Para Santos e Alexandre (2011), o arqueólogo também está apto a educar a comunidade sobre a riqueza patrimonial não só arqueológica, mas cultural também, daí se dizer que ele também é o responsável pela construção da identidade de uma comunidade. Esses mesmos autores afirmam ainda que este talvez seja o maior desafio e compromisso da arqueologia pública.

Dando continuidade a análise e discussão relacionadas à parte 2 do roteiro de entrevista, foi perguntado aos entrevistados se os mesmos sabiam o QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL. Foram dadas como opções de respostas SIM; NÃO, MAS JÁ OUVI FALAR; NÃO, NUNCA OUVI FALAR. As respostas obtidas estão reunidas no gráfico 7.



Gráfico 7 – Conhecimento Sobre Patrimônio Cultural
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

O gráfico 7 demonstra que 91% dos moradores que participaram da pesquisa sabem o que é patrimônio cultural e apenas 9% não sabiam, mas já tinha ouvido falar, ou seja, nenhum dos entrevistados afirmou nunca ter ouvido falar em patrimônio cultural. Fazendo a correlação com as respostas a pergunta anterior se constata uma situação bem diferente do que quando perguntado sobre patrimônio arqueológico, onde os entrevistados sequer ouviram falar de patrimônio arqueológico. Como foi explicado na discussão anterior, o termo patrimônio cultural faz parte do cotidiano dos moradores, pois faz parte do cotidiano deles ouvir o termo patrimônio cultural. Ele está impresso em cartazes, panfletos que circular nas mãos dos turistas e etc.

A riqueza patrimonial cultural da cidade é bem maior que a arqueológica, esse fato justifica também os dados encontrados. Além de que a própria Praça São Francisco, centro da cidade é o maior e o mais antigo patrimônio cultural da cidade. Por isso que Azevedo e Aragão (2010) comentam que São Cristovão/SE é uma cidade muito favorável ao turismo cultural, por seu significativo acervo cultural de origem histórica. Além disso, a cidade apresenta ainda espaços e construções antigas a exemplo da Praça, sem esquecer de citar também as inúmeras manifestações folclóricas, os ritos religiosos e as danças populares que encantam e atraem a curiosidade dos visitantes.

Depois do questionamento sobre patrimônio cultural foi perguntado se sabiam DIZER SE EM SÃO CRISTOVÃO/SE EXISTE “PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO”. Foram dadas como opções de respostas SIM; NÃO, MAS JÁ OUVI FALAR; NÃO, NUNCA OUVI FALAR. As respostas obtidas estão reunidas no gráfico 8.



Gráfico 8 - Existência de Patrimônio Arqueológico em São Cristovão/SE
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

O gráfico 8 demonstra que 55% dos moradores que participaram da pesquisa nunca ouviram falar que existe patrimônio arqueológico em São Cristóvão/SE. Apenas 27% dos moradores entrevistados afirmaram ter ciência da existência desse tipo de patrimônio na cidade e 18% responderam não conheciam, mas já ouviram falar. Essa situação é explicada como já foi discutido na análise das questões anteriores, pois a tradição da cidade é a riqueza cultural e histórica.

Os achados arqueólogos em São Cristóvão são muitos, embora não estejam tão em evidência para a população, quanto à riqueza cultural, visto que a população não possui o hábito de frequentar os museus da cidade. Resguardados nos museus da cidade e em documentos as pesquisas arqueológicas acompanharam principalmente todo o processo de tombamento dos locais e patrimônios da cidade. É preciso acrescentar que muitas das peças encontradas nos museus da cidade foram doações de famílias de Sergipe, apesar de terem canhões e outros objetos que foram encontrados nos sítios localizados na cidade.

Segundo Santos (2012) muita gente da comunidade não conhece nem o MHS nem os outros museus da cidade. Esse fato é negativo para o passado dessas instituições, principalmente para o MHS. Tanto é que conforme entrevista realizada com o atual diretor do MHS, o mesmo vem desenvolvendo um trabalho no sentido de tornar essa instituição uma casa de visita, casa de pesquisa e casa de cidadania. São iniciativas baseadas em eventos sócio-educativos a exemplo da criação de rodas de leitura, marcação de palestras, cursos diversos na área cultural, recital poético, apresentações musicais. A idéia é acabar com a imagem de que o museu é só para atração turística, situação que tem afastado a população dessa instituição.

Bonjardim (2010) comenta que a área central de São Cristóvão/SE possui uma paisagem repleta de igrejas, mosteiros, que são sítios arqueológicos repletos de relíquias do passado. Enquanto cidade histórica que é, e local de existência de tantas culturas do passado, possui inúmeros achados arqueológicos do tempo da presença dos religiosos a exemplo das igrejas, consideradas templos com vestígios de enterramentos internos e nos arredores das mesmas.

O patrimônio arqueológico existe, mas não se compara à riqueza do patrimônio arquitetônico e cultural. E como foi comentado pelo diretor do MHS existe uma cultura de que o patrimônio cultural e arqueológico da cidade não é para a população, mas só para as atividades turísticas. Para finalizar a segunda parte do roteiro foi perguntado aos entrevistados se sabiam DIZER SE A COMUNIDADE ESTÁ PREPARADA PARA

RECEBER VISITANTES/TURISTA. Foram dadas duas opções de respostas SIM e NÃO SEI DIZER. As respostas obtidas estão reunidas no gráfico 9.



Gráfico 9 – Preparação da Comunidade Para Receber Visitantes/Turistas
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

O gráfico 9 demonstra que para 73% dos moradores que participaram da pesquisa NÃO SABEM DIZER se a comunidade está preparada para receber visitas/turistas. Este resultado significa que a população não está muito envolvida com as questões relacionadas ao turismo que acontece na cidade. Reflete a falta de informação aos acontecimentos relacionados à estrutura turística da cidade, mesmo está apresentado potencial turístico.

Importante comentar que embora 27% dos entrevistados tenham afirmado que São Cristovão/SE possui estrutura turística, estudos realizados por Abadia e Barroco (2012, p.525) concluíram, depois de pesquisa aplicada a 143 pessoas dentre essas “turistas em visita ao centro histórico, os residentes da localidade, os empresários locais, os recepcionistas, os gestores e os diretores dos grupos folclóricos”, no período de dezembro 2011 a janeiro de 2012, que até a realização do estudo esta cidade não possuía estrutura turística suficiente, visto que faltam estabelecimentos hoteleiros, restaurantes, sanitários públicos, serviços bancários 24 horas, lojas de conveniências, dentre outros. Além disso, ainda considerando Abadia e Barroco (2012, p.531) “São Cristóvão não possui planejamento turístico”.

Azevedo e Aragão (2010) também afirmam que São Cristovão/SE não dispõe de meios de hospedagem e nem de locais para refeição. Também acrescentam que falta planejamento turístico e mais ações que trabalhem o envolvimento da população local sobre a importância histórica da cidade e para o resgate da autoestima dos moradores. Trata-se de uma cidade de contradições, pois apesar de se destacar no turismo não apresenta estrutura

para o crescimento e fortalecimento dessa atividade. É preciso mais investimentos para melhorar a qualidade do turismo local, principalmente para capacitar a comunidade sobre os conhecimentos acerca do patrimônio cultural que possuem.

Parte 3 – Conhecimento Sobre a Elevação da Praça São Francisco a Patrimônio Mundial

Nessa terceira parte da análise das entrevistas estão reunidas as informações coletadas sobre o conhecimento dos mesmos sobre a elevação da Praça São Francisco a patrimônio mundial. Sendo assim, inicialmente foi perguntado aos moradores se eles sabiam SE A PRAÇA SÃO FRANCISCO É UM PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE. Foram dadas como opções de respostas SIM, ELA É; NÃO, ELA NÃO É e NÃO SEI DIZER. As respostas obtidas estão reunidas no gráfico 10.



Gráfico 10 – Conhecimento Sobre Elevação da Praça São Francisco a Patrimônio Mundial
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

O gráfico 10 demonstra que para 82% dos moradores que participaram da pesquisa SIM, ELA É. Trata-se de um resultado bastante positivo para as iniciativas de envolver a população local nas ações voltadas a garantir a conquista do selo de patrimônio mundial, embora dentre as pessoas entrevistadas 18% afirmaram não sabiam dizer se a praça era um patrimônio mundial. Entende-se com esse fato a demonstração da falta de envolvimento e de identificação com o patrimônio da cidade, identificada nos estudos de Azevedo e Aragão

(2010) e de Macedo et al (2010). Tanto é que para Abadia e Barroco (2012) se faz necessário ampliar as ações de educação patrimonial junto à população de São Cristóvão/SE.

Azevedo e Aragão (2010) destacam os pontos positivos que a possibilidade de São Cristóvão/SE adquirir o título mundial trouxe para a cidade. Não só favoreceu a divulgação da importância de todo patrimônio arquitetônico que constitui a Praça São Francisco, para a comunidade local e para o mundo todo, como também possibilitou a realização de importantes projetos de melhoria na cidade a exemplo do Programa Monumenta, cujos recursos viabilizaram a restauração de várias construções históricas, principalmente das que rodeiam essa Praça, e casarios particulares espalhados pela cidade.

Na sequência dessa última etapa do roteiro foi perguntado aos entrevistados se eles PARTICIPARAM DE ALGUMA FORMA DO PROCESSO DE ELEVAÇÃO DA PRAÇA SÃO FRANCISCO A MONUMENTO DA HUMANIDADE. Foram dadas como opções de respostas SIM; NÃO e NÃO SEI DIZER. As respostas obtidas estão reunidas no gráfico 11.



Gráfico 11 – Participação no Processo de Elevação da Praça São Francisco a Patrimônio Mundial
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

O gráfico 11 demonstra que 55% dos moradores não participaram do processo de elevação, enquanto que 45% participaram desse processo.

A justificativa para que predominasse os sujeitos que não participaram do processo de elevação da Praça, de certa forma está associado ao que já foi comentado anteriormente, a população da cidade não tem muito conhecimento sobre o que representa patrimônio cultural e da importância do mesmo para o local. Os moradores não valorizam muito o patrimônio local, tanto é que muitos nunca frequentam os museus da cidade. Além de que poucos são os

guias locais que realmente conhecem a riqueza patrimonial da cidade e sabem o que ela representa.

Quem participou do processo de elevação da Praça provavelmente esteve presente nas imediações da mesma quando do lançamento do vídeo documentário do projeto São Cristóvão na Tela, cujo objetivo foi sensibilizar a comunidade local e os demais sergipanos, para a questão da educação patrimonial, que aconteceu no espaço da mesma. Este vídeo documentário, depois de apresentado na Praça, foi veiculado pela emissora de televisão Aperipê TV e transmitido em rede estadual duas vezes por semana. Também circulou na cidade uma lista de assinaturas apoiando a indicação ao título de patrimônio da humanidade. Matérias foram veiculadas em revistas especializadas, buscando aumentar o número de simpatizantes à causa. O diretor do MHS foi o coordenador dessas ações de divulgação da elevação.

Como se observa, as iniciativas existiram e estiveram ao alcance de todos, o que não justifica a não participação em algum desses eventos, considerando que os ganhos podem ser tanto para a cidade como para seus habitantes.

Fazendo uma análise específica nas entrevistas das pessoas que afirmaram não saber dizer sobre a elevação da Praça, verifica-se que entre essas estão as que também não participaram do processo de elevação, ou seja, são pessoas que não demonstram o menor interesse nas questões relacionadas ao patrimônio da cidade. Situação essa que precisa ser revista e trabalhada.

É preciso resgatar a identidade cultural de pessoas nessa situação, como comenta Macedo et al (2010), pois é significativo para garantir ajuda quando surgir a necessidade de proteção desse patrimônio. As pessoas devem se orgulhar do seu patrimônio e se identificar com o mesmo.

A próxima pergunta consistiu em saber se as pessoas CONSIDERAM QUE MUDOU ALGUMA COISA NO FLUXO DE TURISTA DEPOIS QUE A PRAÇA SÃO FRANCISCO FOI ELEVADA A PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE. Foram dadas como opções de respostas SIM; NÃO e NÃO SEI DIZER. As respostas obtidas estão reunidas no gráfico 12.



Gráfico 12 – Mudança no Fluxo de Turistas com a Elevação da Praça São Francisco a Patrimônio Mundial

Fonte: Jennifer Dantas (2013)

O gráfico 12 demonstra que 55% dos moradores que participaram da pesquisa perceberam mudanças no fluxo de turistas na cidade depois da elevação da Praça São Francisco a patrimônio mundial, enquanto 27% não souberam dizer (os mesmos entrevistados que afirmaram não saber dizer nas duas questões anteriores), e para 18% não mudou nada.

Os estudos de Abadia e Barroco (2012, p.532) também apontaram o crescimento no fluxo turístico/visitantes na cidade, mas entende que se trata de um aumento ainda modesto. Na opinião dessas autoras o município ainda não conseguiu desenvolver adequadamente o seu potencial turístico, sendo esta atividade ainda “negligenciada, apesar de ser vista como importante pelos residentes e gestores locais”.

Mediante tudo discutido até o momento está bem claro a falta de conhecimento e envolvimento de grande parte das pessoas que residem em São Cristóvão/SE. A riqueza cultural da cidade não quer dizer muita coisa para essas pessoas, que não entendem a importância desse patrimônio para a construção da identidade local. Embora sejam capazes de perceber o aumento no fluxo de turistas/visitantes nos pontos turísticos da cidade depois da elevação da Praça a monumento da humanidade.

Depois do questionamento relacionado ao fluxo de turistas foi perguntado aos entrevistados se eles consideravam QUE MUDOU ALGUMA COISA NA VIDA DELAS DEPOIS QUE A PRAÇA SÃO FRANCISCO FOI ELEVADA A PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE. Foram dadas como opções de respostas SIM; NÃO e NÃO SEI DIZER. As respostas obtidas estão reunidas no gráfico 13.



Gráfico 13 – Mudança na Vida com a Elevação da Praça São Francisco a Patrimônio Mundial
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

O gráfico 13 demonstra que para 64% dos moradores que participaram da pesquisa não mudou nada na vida deles depois da elevação da Praça São Francisco a patrimônio mundial, enquanto que para 27% aconteceram algumas mudanças na vida. Diante dos comentários discutidos na análise das questões anteriores, se justifica a alta incidência de respostas não e o fato da elevação não ter significado algum para a maioria dos entrevistados. Tratam-se de pessoas que não sobrevivem da atividade turística e não se envolveram no processo de indicação da Praça. São indiferentes ao patrimônio da cidade, portanto a elevação não significa muita coisa nem traz mudanças no cotidiano dos mesmos, nem traz orgulho.

É importante reforçar mais uma vez que já aconteceram na cidade muitas obras de restauração do patrimônio, depois da indicação a elevação. A Praça recebeu iluminação noturna, teve trocada toda a fiação aérea de energia e telefone por uma subterrânea, e também e teve todo seu entorno restaurado. Foram ganhos para todos da cidade, mesmo que grande parte da população não reconheça e valorize. Também é fato que caso São Cristovão fosse uma cidade que sobrevivesse do turismo, essa indicação estaria gerando mais empregos e renda para a população. Seria uma forma de acontecer mudanças mais significativas na vida dos moradores. Mesmo que isso não tenha acontecido ainda.

Macedo et al (2012) comentam que a conquista do título de patrimônio mundial aumenta as possibilidades do turismo cultural na cidade. É uma forma de atrair mais investimentos, promover o desenvolvimento e gerar mais emprego e renda para a população. Para isso acontece a cidade precisa ter um planejamento eficiente do turismo.

Sobre o fato de grande parte de a população ignorar os benefícios para a cidade, Abadia e Barroco (2012) dizem que isso acontece, pois a maior parte das pessoas que moram no centro histórico de São Cristovão/SE não se sentem integradas à atividade turística, daí não perceberem os ganhos adquiridos com o tombamento da cidade por parte da UNESCO. Essas autoras recomendam ampliar as ações de educação patrimonial e turística junto aos moradores.

Na sequência das perguntas se questionou junto aos entrevistados SE A PRAÇA SÃO FRANCISCO TRAZ BOAS LEMBRANÇAS PARA OS MESMOS. Foram dados como opções de respostas SIM; NÃO e SENTIMENTO DE INDIFERENÇA. As respostas obtidas estão reunidas no gráfico 14.



Gráfico 14 – Praça São Francisco Traz Boas Lembranças
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

O gráfico 14 demonstra que quase todos os entrevistados, ou seja, 91% têm boas lembranças da Praça. Só um dos entrevistados afirmou ser indiferente a existência da Praça, ou seja, não tem nenhuma memória associada à mesma. Nada do que aconteceu durante tantos anos nesse espaço foi significativo para esse entrevistado.

A Memória é sempre atual, pois a qualquer momento podemos evocá-la. É vivida no eterno presente; aberta à dialética da lembrança e do esquecimento; alimenta-se de lembranças vagas, telescópicas, globais e flutuantes; e cria sentimento de pertencimento e identidade, etc. (MARTINS 2005, p.29).

Entende-se diante dessas respostas que a Praça São Francisco é muito querida pelos moradores, não por ser um monumento histórico tombado como mundial, ou mesmo por se destacar no cenário local e nacional, graças a sua riqueza arquitetônica e cultural e arqueológica, mas sim por ter proporcionado a volta de boas lembranças aos mesmos. Situações significativas como primeiro encontro amoroso, um dia feliz com a família, uma festa cultural que aproximou os familiares, e outros mais.

Como última pergunta se questionou QUAL O GRAU DE IMPORTÂNCIA QUE A PRAÇA SÃO FRANCISCO TEM PARA O ENTREVISTADO. Foram dados como opções de respostas MUITO; POUCO e NENHUM. As respostas obtidas estão reunidas no gráfico 15.

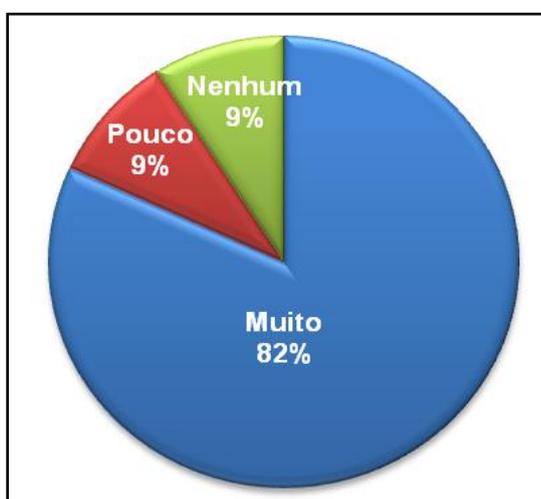


Gráfico 15 – Grau de Importância da Praça São Francisco
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

O gráfico 15 demonstra que para 82% dos entrevistados a Praça é muito importante. Esse percentual significativo está associado às respostas obtidas na pergunta anterior. As memórias dos moradores trazem registros do passado, onde a Praça São Francisco certamente foi palco de alegrias, fato esse que certamente torna este local especial e muito importante para a grande maioria dos moradores.

As festas religiosas e os shows profanos tão frequentes em São Cristóvão/SE são situações que proporcionam descontração e momentos memoráveis tanto aos moradores como aos peregrinos e visitantes. Segundo Fragata (2008) a Praça São Francisco é o principal espaço de eventos da cidade. Nela acontecem festas como carnaval, São João, Seresta e o Festival de Arte de São Cristóvão. Também no espaço dessa Praça acontecem quermesses, sermões, missas campais e procissões como a Procissão do Senhor dos Passos, que atraem

multidões à cidade, além da Procissão do Fogaréu e a encenação da Paixão de Cristo. São atrações que agradam a todos, e a todas as idades. Vem dessa diversidade de eventos o entendimento da Praça ser tão importante para grande parte dos entrevistados. São festividades que marcam as memórias ou recordações dos participantes.

Encerrando essa a análise e discussão relacionada às entrevistas feitas junto aos moradores, torna-se oportuno comentar que não existiram dificuldades durante a realização das entrevistas. As respostas marcadas nos roteiros estão claras e objetivas. Foi gratificante a receptividade das pessoas que participaram do estudo.

Na sequência temos a análise do roteiro de entrevistas direcionado para as pessoas que trabalham nos museus, atividades turísticas e demais atividades na cidade de São Cristovão/SE.

4.4.2 Análise das respostas obtidas junto às pessoas que trabalham nos museus, atividades turísticas e etc. que participaram da pesquisa

Parte 1 – Dados dos Entrevistados

Da mesma maneira que foi realizada com o roteiro de entrevistas dos moradores acontece a análise do roteiro feito com as pessoas que trabalham nos museus, atividades turísticas e etc. que serão identificados na análise como sendo pessoas que trabalham em São Cristovão/SE.

Para identificar o perfil das 9 pessoas que trabalham em São Cristovão/SE foram utilizadas as respostas relacionadas às variáveis: sexo, idade, tempo que reside na cidade, ocupação e grau de instrução. Todos os dados relacionados a essas variáveis citadas foram reunidos na tabela 4.

Tabela 4 – Dados do Perfil dos Trabalhadores que Participaram da Pesquisa

Nome	Sexo	Idade	Tempo na Cidade	Ocupação	Grau de Instrução
T1	Feminino	19 anos	19 anos	Estagiaria MHS	Superior
T2	Feminino	21 anos	21 anos	Estagiaria MHS	Superior
T3	Masculino	39 anos	39 anos	Diretor MHS	Pós graduado
T4	Feminino	24 anos	24 anos	Estagiaria MHS	Superior
T5	Masculino	35 anos	35 anos	Guia turístico	Superior
T6	Masculino	20 anos	-	Mediador	Superior
T7	Feminino	19 anos	02 anos	Estagiaria MHS	Ensino médio
T8	Masculino	47 anos	-	Artesão	Superior
T9	Feminino	49 anos	49 anos	Profª História	Superior
	Média	30,30	27 anos		

Fonte: Jennifer Dantas (2013)

Para identificar a frequência da variável SEXO, os dados da tabela 4 foram reunidos no gráfico 16, onde é possível observar que predominam os sujeitos do sexo feminino com uma frequência de 56% em relação ao masculino, cuja frequência é de 44%.

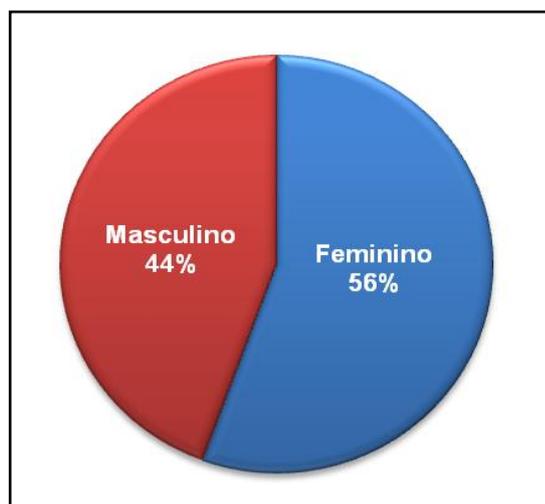


Gráfico 16 – Sexo dos Trabalhadores Entrevistados
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

Para melhor analisar a FAIXA ETÁRIA dos moradores que participaram do estudo, as idades relacionadas na tabela 4 estão agrupadas inicialmente na tabela 5 e depois no gráfico 17. Dessa forma as idades foram agrupadas nas seguintes faixas etárias: trabalhadores com idades entre 10 a 25 anos, 26 a 41 anos, 42 a 57 anos.

Tabela 5 – Faixa Etária dos Trabalhadores Entrevistados

Faixa etária	Frequência	Frequência Percentual
10 — 25 anos	05	56%
26 — 41 anos	02	22%
42 — 57 anos	02	22%
Total	09	100%

Fonte: Jennifer Dantas (2013)

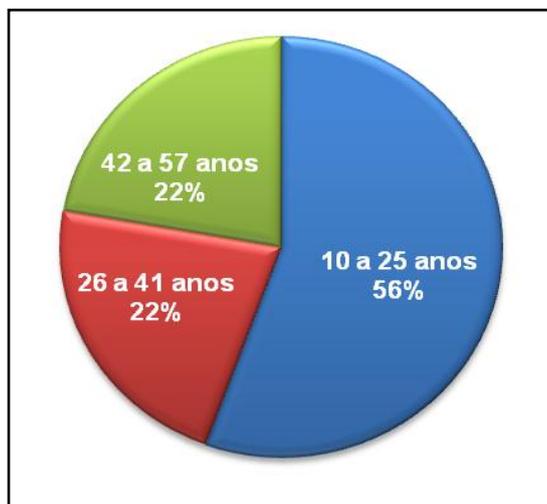


Gráfico 17 – Faixa Etária dos Trabalhadores Entrevistados
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

A próxima variável a ser analisada, que também está representada na tabela 4, é a que traz os dados relacionados ao TEMPO NA CIDADE que o trabalhador que participou do estudo tem. Da mesma maneira como foi definido para analisar a idade, o tempo na cidade também foi agrupado em faixas na tabela 6 e depois no gráfico 18. Dessa forma o tempo na cidade ficou agrupado nas seguintes faixas: trabalhadores que moram em São Cristovão/SE entre 02 e 19 anos; 20 e 37 anos e 38 e 55 anos. Conforme tabela 4, verifica-se que 02 trabalhadores não registraram o tempo que moram na cidade.

Sendo assim a tabela 6 e o gráfico 18, que trazem a frequência de 7 trabalhadores e ficou da seguinte forma:

Tabela 6 – Tempo que os Trabalhadores Entrevistados Residem em São Cristovão

Tempo na Cidade	Frequência	Frequência Percentual
02 — 19 anos	02	28,5%
20 — 37 anos	03	43%
38 — 55 anos	02	28,5%
Total	07	100%

Fonte: Jennifer Dantas (2013)



Gráfico 18 – Frequência Percentual do Tempo na Cidade dos Trabalhadores Entrevistados
 Fonte: Jennifer Dantas (2013)

Analisando as informações reunidas na tabela 6, e aplicadas no gráfico 18, se verifica um empate nas frequências 02 e 19 anos e 38 e 55 anos, havendo um pequeno predomínio na faixa dos 20 a 37 anos, com uma frequência de 43%.

Para conhecer a frequência e melhor analisar a OCUPAÇÃO dos trabalhadores que participaram do estudo, as idades relacionadas na tabela 4 estão agrupadas no gráfico 19.



Gráfico 19 – Ocupação dos Trabalhadores Entrevistados
 Fonte: Jennifer Dantas (2013)

Segundo a observação do gráfico 19, predominam os sujeitos que ocupam a função de estagiários de museus com uma frequência de 45% em relação às demais atividades relacionadas na tabela 4.

Finalmente, para identificar o GRAU DE ESCOLARIDADE, as informações da tabela 4 foram reunidas no gráfico 20.

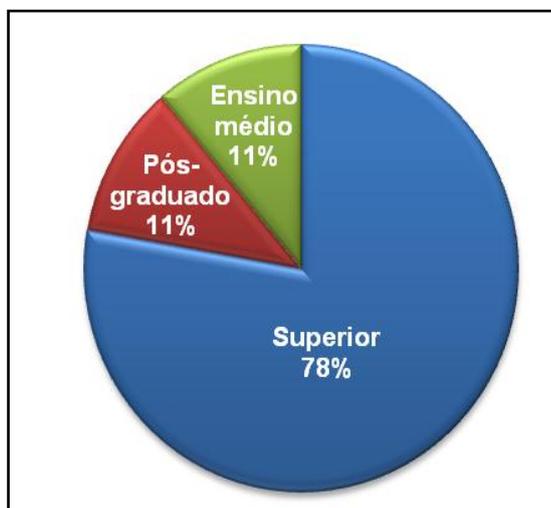


Gráfico 20 – Grau de Instrução dos Trabalhadores Entrevistados
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

Com base nas informações percentuais reunidas no gráfico 20, se observa que predominaram os trabalhadores que possuem o nível superior, com uma frequência de 78%.

Conhecidas as informações relacionadas às variáveis sexo, idade, tempo que reside na cidade, ocupação e grau de instrução obteve-se que o perfil predominante dos trabalhadores que participaram do estudo são mulheres com idades entre 10 e 25 anos, cujo nível de escolaridade é o superior e residem em São Cristovão/SE entre 20 a 37 anos. Portanto são pessoas que moram na cidade há muito tempo e já usufruíram e conhecem bem a Praça São Francisco bem antes de a mesma ser elevada ao título de patrimônio da humanidade.

Parte 2 – Conhecimento Sobre Arqueologia, Turismo Cultural e Arqueológico

Nessa segunda parte da análise das entrevistas aplicadas junto aos trabalhadores de São Cristovão/SE estão reunidas as informações coletadas sobre o conhecimento dos mesmos sobre arqueologia, turismo cultural e arqueológico. Inicialmente foi perguntado na OPINIÃO DELES O QUE OS SÍTIOS/ARQUEOLOGIA REPRESENTAM PARA A COMUNIDADE. Foram apresentadas como opções de respostas NÃO REPRESENTA NADA; REPRESENTA O PASSADO DE UM POVO; REPRESENTA SÓ PROBLEMA PARA A COMUNIDADE

e PODE AJUDAR A COMUNIDADE. As respostas obtidas foram representadas no gráfico 21.

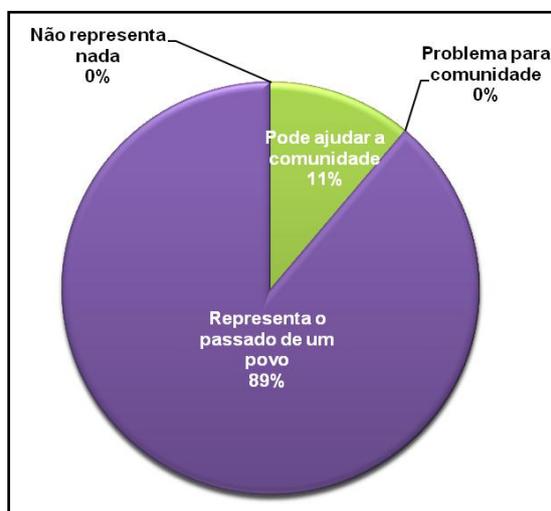


Gráfico 21 – Representação do Sítio/Arqueologia Para a Comunidade
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

Com base nas informações percentuais reunidas no gráfico 21, se observa que predominaram as respostas REPRESENTA O PASSADO DE UM POVO com um percentual de 89%, seguido PODE AJUDAR A COMUNIDADE com 11%. Esse resultado reflete o grau de conhecimento dos entrevistados sobre o assunto. A arqueologia representa sim o passado de um povo. O estudo dos sítios quando associado de forma planejada com o turismo também traz benefícios econômicos para a comunidade além de ajudar na preservação desse patrimônio.

Como mesmo comenta Ghetti (2006), o passado representado no patrimônio cultural, arqueológico, diz respeito à vida da população local e está associado ao conceito de cidadania, uma vez que contribui na formação das identidades culturais e da memória das pessoas da comunidade. Também procura mobilizar essas pessoas para preservar esse patrimônio e mostrar que essas questões não são algo exterior ou distante delas, mas sim parte da identidade cultural local.

Na sequência foi perguntado se na OPINIÃO DELES O TURISMO EM SÃO CRISTOVÃO GERA OPORTUNIDADES DE EMPREGO. Foram apresentadas como opções de respostas SIM; NÃO e NÃO SEI DIZER. As respostas obtidas foram representadas no gráfico 22.



Gráfico 22 – Turismo Gera Oportunidades de Emprego
 Fonte: Jennifer Dantas (2013)

Com base nas informações percentuais reunidas no gráfico 22, se observa que predominaram as respostas afirmando que o turismo gera oportunidades de emprego com um percentual de 89%, sendo que 11% não souberam dizer se geraria ou não. O resultado foi pautado na teoria, e o fato dos entrevistados trabalharem na área não quer dizer que em São Cristovão/SE a comunidade sobreviva do turismo. São poucas as pessoas que trabalham na cidade como já foi discutido neste estudo. O envolvimento da grande maioria com as questões relacionadas à riqueza cultural e patrimonial da cidade não é grande. São pessoas sem muita educação sobre patrimônio cultural, como atestaram os estudos de Macedo et al (2012), de Abadia e Barroco (2012) e de Azevedo e Aragão (2010). A cidade possui a riqueza patrimonial, mas deixa a desejar na parte estrutural. Faltam investimentos para que o turismo gere mais empregos na cidade.

Abadia e Barroco (2012, p.531) entendem que o turismo cultural quando bem planejado e utilizado de forma sustentável traz retornos econômicos e protege o patrimônio cultural. Também provoca a melhoria das infraestruturas locais e a continuidade das representações sociais, mas quando desenvolvidos sem os devidos cuidados pode gerar a “perda do sentido original do patrimônio”. A preocupação não deve estar voltada somente para a geração de riquezas, a população deve estar envolvida em todo processo e deve ser educada no sentido de valorizar e se identificar com a riqueza cultural da cidade.

O último questionamento relacionado à parte 2 do roteiro de entrevista consistiu em perguntar se na OPINIÃO DELES EM SÃO CRISTOVÃO EXISTE CONDIÇÕES ESTRUTURAIS PARA O SEGUIMENTO DO TURISMO. Foram apresentadas como

opções de respostas SIM; NÃO e NÃO SEI DIZER. As respostas obtidas foram representadas no gráfico 23.



Gráfico 23 – São Cristovão Tem Condições Estruturais Para o Seguimento do Turismo
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

Com base nas informações percentuais reunidas no gráfico 23, se observa que predominaram as respostas não, que São Cristovão/SE não tem estrutura para o desenvolvimento da atividade turística. Considerando que esses participantes do estudo trabalham com essa atividade, esse resultado reforça os demais estudos já discutidos nesta análise de dados. Para a população esse fato não ficou tão evidente, mas para os profissionais sim.

Entende-se que essa comunidade tem tudo para sobreviver do turismo cultural, mas os governantes precisam trabalhar nesse sentido. Diante da falta de opções de emprego para os moradores da cidade, fica evidente a importância de que aconteçam mudanças estruturais necessárias a potencializar a atividade turística nessa localização.

Uma das justificativas que existe para o descaso dos gestores em melhorar as estruturas para a atividade turística de São Cristovão está na localização geográfica dessa cidade, que a deixa a poucos quilômetros da capital Aracaju, rica em estrutura turística. Essa proximidade faz com que as agências turísticas da capital assumam o controle da atividade, e disponibilizem de forma estratégica pacotes turísticos, sempre na parte da manhã ou tarde, visto que dá tempo para que aconteça a visita aos locais turísticos e o retorno para que as refeições e o pernoite sejam feitos na capital. (ABADIA e BARROCO 2012; MACEDO et al, 2012 e AZEVEDO e ARAGÃO, 2010)

Para os turistas que não são atraídos pelas agências de Aracaju, que chegam à cidade para apreender sobre a cultura local, não existe muita opção estrutural, além de que os pontos turísticos já estão adequados às demandas da capital, ou seja, os museus e igrejas só ficam abertos à visita nos turnos mais procurados, além de que os serviços de guias encontrados na cidade não possuem a qualidade necessária e não são valorizados pela população local, que não se interessam em melhorar seus serviços. Desta forma, o turista que busca o apoio turístico para estender sua permanência na cidade termina desmotivado e segue para Aracaju. (ABADIA e BARROCO 2012; MACEDO et al, 2012 e AZEVEDO e ARAGÃO, 2010)

Parte 3 – Percepção Sobre a Elevação da Praça São Francisco a Patrimônio Mundial

Nessa terceira e última parte da análise das entrevistas estão reunidas as informações coletadas sobre como eles percebem a elevação da Praça a patrimônio da humanidade. Inicialmente foi perguntado na OPINIÃO DELES O QUE REPRESENTOU PARA A CIDADE DE SÃO CRISTOVÃO A ELEVAÇÃO DA PRAÇA SÃO FRANCISCO A MONUMENTO DA HUMANIDADE. Foram apresentadas como opções de respostas AMEAÇA; OPORTUNIDADE; OS DOIS e INDIFERENTE. As respostas obtidas foram representadas no gráfico 24.

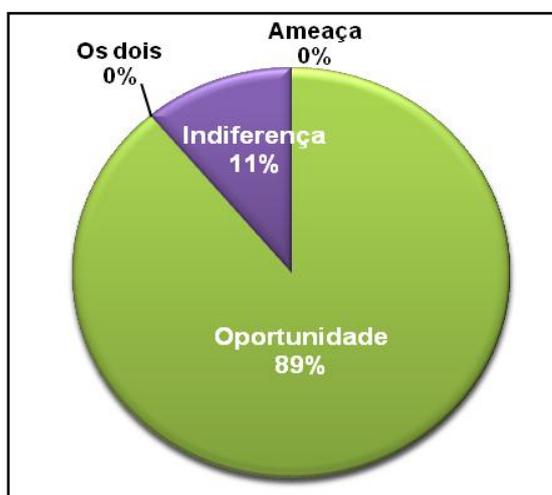


Gráfico 24 – Representação da Elevação da Praça São Francisco a Monumento da Humanidade Para a Cidade de São Cristóvão/SE
Fonte: Jennifer Dantas (2013)

Com base nas informações percentuais reunidas no gráfico 24, se observa que predominaram as respostas que a elevação da Praça representou oportunidade. Funari e Pelegrini (2006) reforçam essa resposta. Segundo esses mesmos autores existe valorização e preservação do patrimônio depois que são tombados. Para o IPHAN (2007), a indicação a tombamento proporciona intervenções que afetam direta e indiretamente a economia, a educação e a cultura local. Outro importante foco do tombamento é a inclusão cultural, social e econômica da população. Também existe a oportunidade de capacitar a mão-de-obra específica, fato esse que no caso de São Cristovão/SE é de suma importância para incrementar o turismo cultural local, gerar empregos e apoiar a tão necessária educação patrimonial que tem deixado a desejar nessa cidade.

Retornando à análise das respostas ao questionamento sobre o que representa para a cidade ser indicada a patrimônio da humanidade, obteve-se que o único trabalhador que afirmou indiferença foi o artesão. Essa resposta tem respaldo no fato de que o artesanato de São Cristovão/SE não é tão prestigiado como o patrimônio arquitetônico e cultural. Não existe muita identificação do artesanato local com a realidade da cidade, fato esse que é comum a outros municípios do Estado. Muito do que se vende a título de artesanato em São Cristovão/SE vem de outros Estados do Nordeste, como encontrado nos estudos de Abadia e Barroco (2012). Mostra, também, a falta de percepção do que o turismo pode trazer para a cidade, e para ele próprio, especificamente. Porém com a realização das oportunidades esperadas que sejam geradas, essa situação pode ser contornada.

Dando seguimento ao roteiro de entrevista foi perguntado aos entrevistados se na OPINIÃO DELES A ELEVAÇÃO DA PRAÇA SÃO FRANCISCO A MONUMENTO DA HUMANIDADE AUMENTOU O FLUXO DE TURISTAS NOS LOCAIS DE VISITAÇÃO DE SÃO CRISTOVÃO. Foram apresentadas como opções de respostas SIM; NÃO ESTÁ A MESMA COISA e NÃO SEI DIZER.

As respostas obtidas foram representadas no gráfico 25.

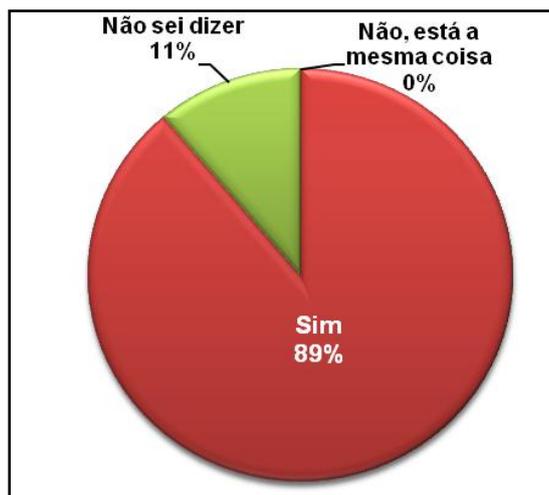


Gráfico 25 – Elevação da Praça São Francisco Aumentou o Fluxo de Turistas nos Locais de Visitação de São Cristóvão/SE
 Fonte: Jennifer Dantas (2013)

Com base nas informações percentuais reunidas no gráfico 26, se observa que predominaram as respostas que a elevação da Praça aumentou o fluxo de turistas nos locais de visitação. Como já foi discutido, a população também observou o aumento no fluxo de visitas nos pontos turísticos da cidade.

Além desse estudo, a direção do MHS também constatou o aumento no número de visitação nessa instituição, tanto é que divulgou os resultados de um estudo que mostra que em 2011 7.602 pessoas visitaram o museu, sendo que esse número aumentou para 8.602 em 2012, ou seja, um aumento exato de 1000 visitantes entre esse período. Ainda considerado informações deste estudo, pessoas de todos os estados brasileiros (exceção do Acre) visitaram o museu, como pode ser comprovado com as assinaturas registradas no livro de visitas da instituição do ano de 2012.

A relação disponibilizada pelo MHS aponta o quantitativo de visitantes por Estado de procedência, priorizando os que apresentaram mais de 50 visitantes no ano de 2012. Segundo essa relação, em ordem decrescente aparecem: Sergipe, com 1784; São Paulo com 412; Rio de Janeiro com 309; Bahia com 263; Minas Gerais com 123; Rio Grande do Sul com 107; Distrito Federal com 85 visitantes; Pernambuco com 80; Paraná com 70 e Rio Grande do Norte com 50 visitantes. (MUSEU HISTÓRICO DE SERGIPE, 2013) Importante observar que os números citados só são relativos aos turistas/visitantes, não considera o número de alunos e instituições sociais que visitaram o MHS. A tabela 7 traz os números totais de 2012.

Tabela 7 – Total de Visitas ao Museu Histórico de Sergipe no Ano de 2012

MÊS	NÚMERO DE VISITANTES
Janeiro	517
Fevereiro	329
Março	1.491
Abril	630
Maiο	390
Junho	425
Julho	646
Agosto	1.080
Setembro	754
Outubro	762
Novembro	918
Dezembro	660
TOTAL	8.602

Fonte: Museu Histórico de Sergipe (2013)

Sobre os estrangeiros que visitaram o MHS em 2012, o gráfico 26, traz um resumo onde é possível identificar a presença de turistas de 17 países, onde predominaram os da França, EUA, Alemanha e Inglaterra.

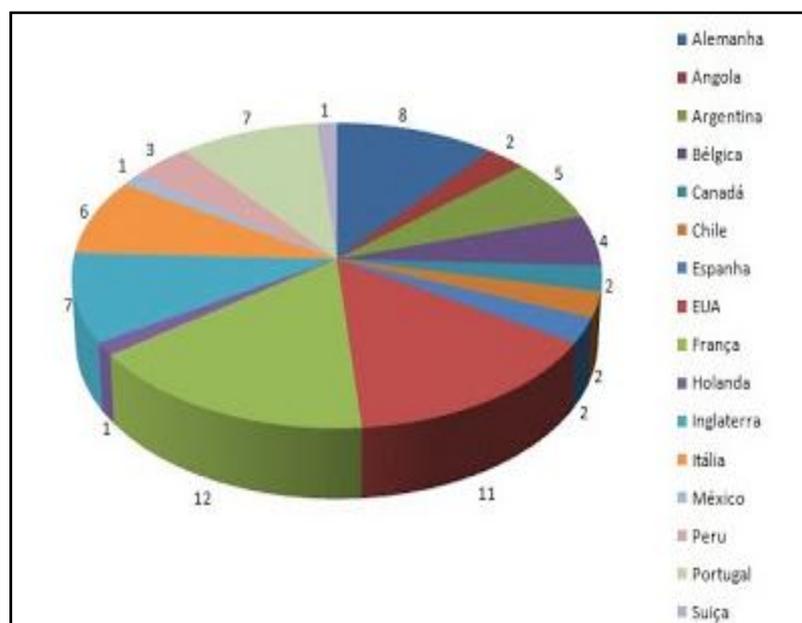


Gráfico 26 – Turistas Estrangeiros que Visitaram o MHS em 2012

Fonte: Museu Histórico de Sergipe (2013)

O estudo realizado pelo MHS também traz ainda o gráfico 27 que ilustra estatisticamente que o aumento foi maior com a campanha da Praça São Francisco a

Patrimônio da Humanidade, bem demonstra o período em que a instituição foi fechada para restauração do prédio (abril de 2006 a novembro de 2009).

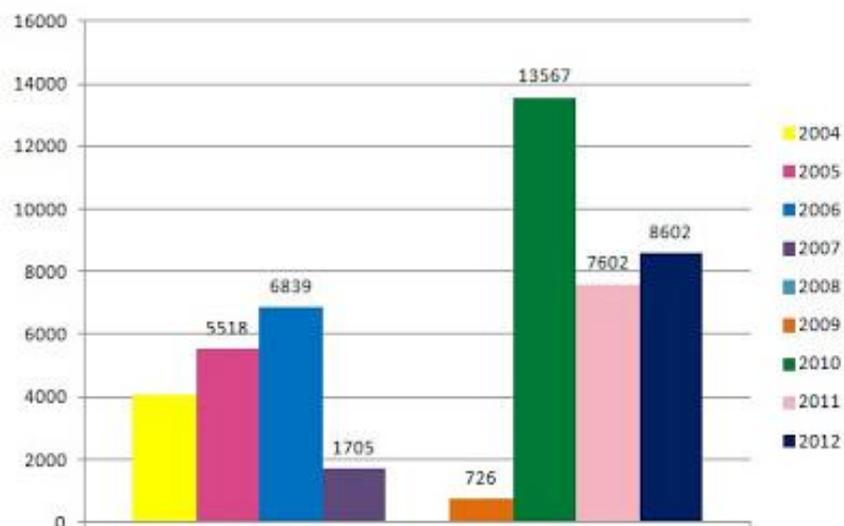


Gráfico 27 – Fluxo de Turistas no MHS de 2004 a 2012
 Fonte: Museu Histórico de Sergipe(2013)

Segundo explicações fornecidas pelo MHS o aumento da visitação em 2010, visualizado no gráfico 27, foi resultado das diversas atividades desenvolvidas pela instituição voltadas a contribuir com as ações propostas pela Comissão Pró-candidatura da Praça São Francisco, a Sub-Secretaria de Patrimônio Cultural - SUBPAC, o IPHAN e demais parceiros. Para finalizar, Santos (2012) que destaca o MHS como agente mobilizador das ações educativas patrimonial proposta pela Comissão Pró-candidatura da Praça São Francisco.

Retornado a análise dos questionamentos feitos aos trabalhadores que participaram deste estudo foi perguntado se ELES SENTEM A NECESSIDADE DE QUE SEJAM IMPLANTADOS NOVOS PROJETOS VOLTADOS AO TURISMO PARA QUE A CIDADE POSSA SUSTENTAR MELHOR O FLUXO DE TURISTAS. Foram apresentadas como opções de respostas SIM; NÃO e NÃO SEI DIZER. As respostas obtidas foram representadas no gráfico 28.



Gráfico 28 – Necessidade de Implantação de Novos Projetos Voltados Para o Turismo em São Cristóvão/SE

Fonte: Jennifer Dantas (2013)

Com base nas informações percentuais reunidas no gráfico 28, se observa que para 100% dos entrevistados existe a necessidade de novos projetos focados no turismo. Este foi o único questionamento cujas respostas foram unânimes. Toda discussão envolvida nesse momento do estudo mostrou a carência da estrutura turística da cidade. Para Macedo et al (2012), tanto o governo Federal como estadual e a iniciativa privada, devem investir em políticas públicas e em projetos para promover a melhoria da qualidade do turismo em São Cristóvão/SE, pois existe carência de sinalização turística, placas de interpretação do patrimônio, serviços de hospedagem, restauração alimentar, dentre outros. Essas são apontadas como demandas para auxiliar no desenvolvimento do turismo na região e agregar valor para as pessoas que visitarem a cidade.

O desenvolvimento desta etapa final do estudo trouxe o sentimento de maior envolvimento com as questões sócias da cidade de São Cristóvão e o desejo que as projeções para o futuro da cidade aconteçam o mais rápido possível, pois os moradores carecem de incentivos para entenderem que a riqueza da cidade tem condições de torná-la sustentável. O turismo desponta como importante atividade capaz de inculcar nos moradores o sentimento de identificação e de orgulho com o patrimônio da cidade, assim como servir de melhora das condições sociais da população local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos objetivos propostos para a realização desta monografia, mediante tudo que foi apresentado e discutido, observamos que as representações dos moradores da cidade que participaram do estudo se configuram numa situação de indiferença para com a riqueza cultural da cidade de São Cristovão/SE, embora para os entrevistados que trabalhem nos museus e demais atividades relacionadas ao patrimônio arquitetônico, cultural e arqueológico da cidade apresentem o contrário. Bem informados sobre as problemáticas da cidade se mostraram conscientes com as limitações e as potencialidades do local, desde que aconteçam novos projetos capazes de melhorar a estrutura turística da cidade, que não tem garantido a permanência do turista na cidade.

Também se observou falta de identificação da população com o patrimônio cultural e arqueológico, assim como carência de educação patrimonial. A população demonstrou ter ouvido falar de arqueologia e sítio arqueológico, mas para a grande maioria a cidade não possui patrimônio arqueológico. 55% dos moradores que participaram da pesquisa nunca ouviram falar da existência de patrimônio arqueológico na cidade

Outro ponto do estudo esteve relacionado ao objetivo de tentar entender como as pessoas da cidade percebem a recente elevação da Praça São Francisco, considerada o maior patrimônio cultural não só da cidade, mas também do Estado de Sergipe, ao título de patrimônio da humanidade. Para os moradores entrevistados existe uma relação de ligação com essa Praça que traz boas recordações e é muito importante na vida deles, mas quando questionados sobre o fato de que a elevação trouxe mudanças para a grande maioria a resposta foi não. A elevação foi um fato indiferente, embora tenham afirmado ter percebido o aumento no número de visitantes as áreas de visitação da cidade. A grande maioria sabe da titulação, mas não participou do processo de elevação da Praça a momento da humanidade (55% dos moradores entrevistados responderam não terem participado do processo de elevação da praça).

Em compensação, para os trabalhadores que participaram do estudo a mudança aconteceu e foi positiva. Representa novas oportunidades para a população e para a cidade. Trouxe aumento no número de visitantes/turista e apresentou a cidade para o mundo, como estudo desenvolvido pelo MHS demonstrou, quando publicou dados sobre a presença de turistas estrangeiros de 17 países e a presença de turistas de quase todos os Estados do país a exceção unicamente de turistas do Estado do Acre. No entanto, pelos dados apresentados no

item anterior, podemos perceber que a visitação à cidade (levando-se em conta os dados do Museu Histórico) ainda é muito baixa.

Dessa forma, considerando o objetivo principal do estudo, que foi discutir a repercussão da elevação da Praça São Francisco a patrimônio cultural da humanidade, e verificar se ela modificou a vida das pessoas da cidade de São Cristóvão/SE, pudemos perceber que para os leigos e desinteressados não trouxe mudanças e a elevação não repercutiu em nada. Acreditamos que esse fato ao pouco conhecimento da população sobre o assunto, ou seja, a falta de trabalhos em educação patrimonial impede que todos compactuem dos benefícios para a identidade cultural e para o orgulho de ser morador de uma localidade que se destaca como monumento da humanidade. Já para os trabalhadores o sentimento foi contrário, as mudanças aconteceram e repercutiram no aumento do fluxo de visitação. Foi um acontecimento repleto de oportunidades para a cidade.

Considerando o apresentado fica a sugestão de que num trabalho futuro se aprofunde nas questões relacionadas à elaboração de um projeto, capaz de fazer uso dos conhecimentos e aptidões da arqueologia urbana para a educação patrimonial da população de São Cristóvão/SE, que se mostrou carente nessa área, apesar dos esforços manifestados com o movimento de indicação da elevação da Praça São Francisco a patrimônio da humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADIA, Beijanine Ferreira da Cunha; RAMBELLI, Gilson. Arqueologia pública e turismo: possibilidades para o desenvolvimento do arqueoturismo em laranjeiras/se. In: **Anais da I Semana de Arqueologia - Unicamp**. “Arqueologia e Poder”. Campinas: LAP/NEPAM. 2013.

ABADIA, Beijanine Ferreira da Cunha; BARROCO, Helio Estrela. Cidade de sergipe d’el rei: o patrimônio e o turismo no centro histórico de são cristóvão, sergipe. **Revista Rosa dos Ventos**. vol.4, nº4, p.522-535. Caxias do Sul/UCS, out-dez, 2012.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs). **Memória e patrimônio**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ARAGÃO, Ivan Rêgo. Praça são francisco em são cristóvão-sergipe-brasil: lócus sociocultural e patrimônio da humanidade. **Revista Museologia e Patrimônio**. vol.4, nº2, p.97-109. Rio de janeiro, 2011.

ARAGÃO, Ivan Rêgo. Patrimônio cultural da humanidade: aspectos históricos e culturais da praça são francisco em são cristóvão – Sergipe. **Revista Museu**. 11 de agosto de 2010. Disponível em: < http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_esp?id=25185>. Acessado no dia 10 de agosto, 2013.

BARRETO, Luíz Antônio. **Cristãos e mouros em são cristóvão**. Infonet, 06/03/2009. Disponível em: < <http://www.infonet.com.br/luisantOniobarreto/ler.AspuisAntonioBarreto>>. Acessado no dia 05 de agosto, 2013.

BARRETO, Margaritta. **Turismo e legado cultural**. ed.3ª. Campinas/SP: Papyrus, 2002.

BARRETO, Margarida. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas-SP: Papyrus, 2000.

BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**. vol. 5, nº 3, p.27-33. 2005.

BENEVIDES, Ireleno Porto. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. 3 ed. São Paulo: Hucitec. 2002.

BENI, Carlos Mário. Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cezar. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

BONJARDIM, Solimar G. Messias. O visível e o invisível: a paisagem arqueológica da morte em são cristóvão e laranjeiras – SE. **Revista Ateliê Geográfico Goiânia-GO**. vol. 4, n.2, p.190-214. Abril, 2010.

BRUSADIN, Leandro Benedini; SILVA. O uso turístico do patrimônio cultural em ouro preto. **Revista de Cultura e Turismo - CULTUR**. Ano 06, nº 01, p.69-89. Fevereiro, 2012.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. “Arqueologia e patrimônio no século XXI”: as perspectivas abertas pela arqueologia pública. In: **Anais do III Encontro de História da Arte – IFCH / UNICAMP**. São Paulo, 2007.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva 2005.

FIGUEIREDO, Antônio Marcus Lima. A Função turística do patrimônio: questionamentos sobre a idéia de sustentabilidade do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**. vol. 5, nº 4, p.43-49.2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/SPHAN, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs). **Memória e patrimônio**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FONSECA, Eliane Maria Silveira (coord). **São Cristóvão e seus monumentos: 400 anos de história**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura. 1990.

FRAGATA, Thiago. São Cristóvão/SE será patrimônio da humanidade? In: GALVÃO, Marco Antonio de Faria. **Proposição de Inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão na Lista do Patrimônio Mundial**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). 2007.

FREIRE, Felisbelo. **História de sergipe**. ed.2ª. Petrópolis: Vozes, 1977.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia e patrimônio**. Erechin: Habillis, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; GONZALEZ, Erika M. Robrahn. Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil. **Revista História**. vol.27, nº2, p. 13-30. São Paulo, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; GONZALEZ, Erika M. Robrahn. Editorial. **Revista Arqueologia Pública**. vol.01, nº 1, p.1-4. São Paulo, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; OLIVEIRA, Nanci Vieira; TAMANINI, Elizabete. Arqueologia pública no brasil e as novas fronteiras. **Revista Praxis Archaeologica**. vol.3, p. 131-138. 2008.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GHETTI, Neuvânia Curty. **Turismo arqueológico: perspectivas para a preservação do patrimônio cultural e para a valorização social**. 2006. Disponível em: < <http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/NeuvaniaGhetti.pdf>>. Acessado no dia 05 de agosto, 2013.

GONÇALVES, Joelma. **História e arquitetura são destaques de são cristóvão, em sergipe quarta cidade mais antiga do brasil fica a 23km da capital aracaju.** 14/02/2012. Disponível em: < <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2012/02/historia-e-arquitetura-sao-destaques-de-sao-cristovao-em-sergipe.html>>. Acessado no dia 05 de agosto, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs). **Memória e patrimônio.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

HERNÁNDEZ, Joseph Ballart. Usos do patrimônio, ação social e turismo: em busca de um necessário consenso. **Revista Diálogos, DHI/PPH/UEM.** vol. 12, nº 1, p. 103-117, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Dossiê com a proposição de inscrição da praça são francisco em são cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial.** Aracaju: Secretaria do Estado da Infra-Estrutura, IPHAN, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007.

LAGE, Beatriz Helena; MILONE, Paulo Cezar. **Economia do turismo.** São Paulo: Atlas, 2000.

LICKORISH, Leonard J; JENKINS, Carson L. **Introdução ao turismo.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LUCAS, Sonia Maria de Mattos. Turismo cultural no vale do Paraíba: uma experiência histórica. In: **Anais** do 2º Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Turismo, novo caminho no espaço rural brasileiro. Piracicaba, 15 a 18 de março, 2000.

MACEDO, Janete Ruiz de; GOULART, Luciane Aparecida; ARAGÃO, Ivan Rêgo. Turismo, valorização do patrimônio e expectativa da cidade de são cristóvão em sergipe para se tornar de valor universal: discursos e ações. **Anais** do VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP. 20 e 21 de setembro de 2010.

MARTINS, Clerton (org). **Turismo, cultura e identidade.** São Paulo: Roca, 2003.

MURTA, Stela Maris. Turismo histórico-cultural: parques temáticos, roteiros e atrações âncoras. In: ALBANO, Celina; MURTA, Celina. **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MUSEU HISTÓRICO DE SERGIPE. **MHS divulga desempenho 2012**. 2013. Disponível em: <<http://museuhsergipe.blogspot.com.br/>>. Acessado no dia 05 de agosto, 2013.

NASCIMENTO, Maíra Ielena Cerqueira. Educação patrimonial em são cristóvão: a campanha “são cristóvão, berço de sergipe/praca são francisco, patrimônio da humanidade”. **Anais do VI Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade**. São Cristovão/SE, 20 a 22 de setembro, 2012.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. ed.4°. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Silvio. São cristovão. **Revista Sergipe TradeTour**. ed.10ª, 2012. Disponível em: <<http://www.sergipetradetour.com.br/conteudo.php?sb=9>>. Acessado no dia 05 de agosto, 2013.

ORSER JR., Charles E. **Introdução à arqueologia histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PALMA, Aline Tostes. **Patrimônio arqueológico e natural do parque estadual várzeas do rio ivinhema**: interface com o turismo e o desenvolvimento local. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Local. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local. Universidade Católica, Campo Grande/MS, 2006

PARDI, Maria Lúcia Franco. A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. vol.1, nº33, p305-337. 2007.

PARDI, Maria Lúcia Franco. **Gestão de patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação**. Dissertação de Mestrado do Curso Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural – Área de Concentração Arqueologia. Universidade Católica de Goiás Goiânia: UCG / IGPA, 2002.

PENTEADO, Fernanda Camargo; FABRIANI, Carmen Beatriz; FRANCO, Laura Ferreira de Rezende. Patrimônio cultural, desenvolvimento sustentável e cidadania: o desafio das práticas preservacionistas. **Revista Direitos Culturais**. vol.8, nº14, p.1-8. Santo Ângelo/ RS. 2013.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira (Org). **Turismo, memória e patrimônio cultural**. São Paulo: Roca, 2004.

POZZI, Henrique Alexandre; TEIXEIRA, Luana. A arqueologia. In: **Patrimônio Arqueológico e Paleontológico de Alagoas**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) Org. POZZI, Henrique Alexandre; TEIXEIRA, Luana; SILVA, Jorge Luiz I. p. 11-34. Maceió, AL: IPHN-AL, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAGUSA, Pedro. História e arqueologia do saber. **Anais** do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. Universidade de São Paulo. São Paulo, julho 2011.

RIBEIRO, Marcelo (Org.). **Olhares sobre o patrimônio cultural: reflexões e realidade**. Porto Alegre: Asterisco, 2010.

RODRIGUES, Dânia. Pós-Processualismo em arqueologia. In: **Anais** do II Seminário sobre “Pós-Processualismo: a Morte da Arqueologia?”. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras Departamento de História. Terça-feira, 30 de Dezembro de 2008.

SAMPAIO, M. H. **Testemunho do barroco em Sergipe: estudos sobre o patrimônio histórico e o desenvolvimento do turismo na cidade de São Cristóvão no período de 2000-2004**. Monografia de licenciatura em História. Departamento de História, CECH, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2004.

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus; ALEXANDRE, Lillian Maria de Mesquita. Educação patrimonial e turismo cultural em São Cristóvão: ações de cidadania para a comunidade local e visitantes. **Anais do V Colóquio Internacional de Educação e Contemporaneidade**. São Cristóvão/SE, 21 a 23 de setembro, 2011.

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus Santos; CAMPOS, Antonio Carlos. Turismo, cidade e patrimônio: um breve olhar sobre os centros históricos de São Cristóvão e Laranjeiras. **Anais do XIII Encontro Nacional de Turismo com Base Local**. Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2010.

SANTOS, Gilson dos. **Museu histórico de sergipe**: trajetória e participação na campanha da praça patrimônio mundial. Artigo Científico do Curso de Pós-Graduação em História. Faculdade Amadeus. Propriá – SE, 2012.

SCATAMACCIA, Maria Cristina Mineiro. **Turismo e arqueologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Turismo no Brasil**: termo de referência para a atuação do sistema sebrae. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/setor/turismo/TR_turismo_final.pdf>. Acessado no dia 05 de agosto, 2013.

SENA, Tatiana da Costa. **Relíquias da nação**: a proteção de coleções e a cervos no patrimônio (1937-1979). Dissertação de Mestrado do Curso de História, Política e Bens Culturais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2011.

SILVA FILHO, José Thiago da. Memória e cotidiano da praça São Francisco: tradição, louvor e festa. In: **Dossiê com a Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra-Estrutura, IPHAN, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007.

SOLLA, Águeda José Manuel Santos. Turismo rural: tendências e perspectivas. In: IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Julia. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

SOUTELO, Luís Fernando Ribeiro. O convento de santa cruz e a igreja conventual: a presença franciscana. In: **Dossiê com a proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra-Estrutura, IPHAN, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. ed.2ª. São Paulo: Hucitec, 2000.

TEIXEIRA, Luana; POZZI, Henrique Alexandre, SILVA, Jorge Luiz Lopes da. **O patrimônio arqueológico e paleontológico de alagoas**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Maceió/AL: IPHAN, 2012.

TELLES, Augusto Silva. São Cristóvão: urbanismo e arquitetura. In: **Dossiê com a proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra-Estrutura, IPHAN, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Entrevista Semi Estruturada (moradores)

Você está participando de pesquisa voltada a discutir a repercussão da elevação da Praça São Francisco a patrimônio cultural da humanidade, e verificar se ela modificou a vida das pessoas da cidade de São Cristóvão/SE. Desde já agradeço a sua ajuda no desenvolvimento desse estudo.

PARTE 1 - DADOS DO ENTREVISTADO

Nome: _____ Idade: _____ Sexo: _____
Ocupação: _____ Tempo que reside na cidade: _____ Grau de instrução: _____

PARTE 2 – CONHECIMENTO SOBRE ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO

1. Você já ouviu falar sobre arqueologia, sítios arqueológicos e arqueólogos?

Sim Não

2. Você sabe o que “patrimônio arqueológico”?

Sim Não, mas já ouvi falar Não, nunca ouvi falar

3. Você sabe o que “patrimônio cultural”?

Sim Não, mas já ouvi falar Não, nunca ouvi falar.

4. Você sabe dizer se em São Cristóvão existe “patrimônio arqueológico”?

Sim Não, mas já ouvi falar Não, nunca ouvi falar

5. Você sabe dizer se a comunidade está preparada para receber visitantes/turista?

Sim Não sei dizer

PARTE 3 – CONHECIMENTO SOBRE A ELEVAÇÃO DA PRAÇA SÃO FRANCISCO A PATRIMONIO MUNDIAL

8. Você sabe se a Praça São Francisco é um patrimônio da humanidade?

Sim ela é Não ela não é Não sei dizer

9. Você participou de alguma forma do processo de elevação da Praça São Francisco a monumento da humanidade?

Sim Não Não sei dizer

10. Você considera que a mudou alguma coisa no fluxo de turista depois que a Praça São Francisco foi elevada a patrimônio da humanidade?

Sim Não Não sei dizer

11. Você considera que a mudou alguma coisa na sua vida depois que a Praça São Francisco foi elevada a patrimônio da humanidade?

Sim Não Não sei dizer

12. Praça São Francisco traz boas lembranças para você?

Sim Não Sentimento de indiferença

13. Qual o grau de importância que a Praça São Francisco tem para você?

Muito Pouco Nenhum

PARTE 3 – PERCEPÇÃO SOBRE A ELEVAÇÃO DA PRAÇA SÃO FRANCISCO A PATRIMONIO MUNDIAL

4. Em sua opinião elevação da Praça São Francisco a monumento da humanidade representou o que para a cidade de São Cristovão?

Ameaça Oportunidade Os dois Indiferente

5. Em sua opinião a elevação da Praça São Francisco a monumento da humanidade aumentou o fluxo de turistas nos locais de visitação de São Cristovão?

Sim Não está a mesma coisa Não sei dizer

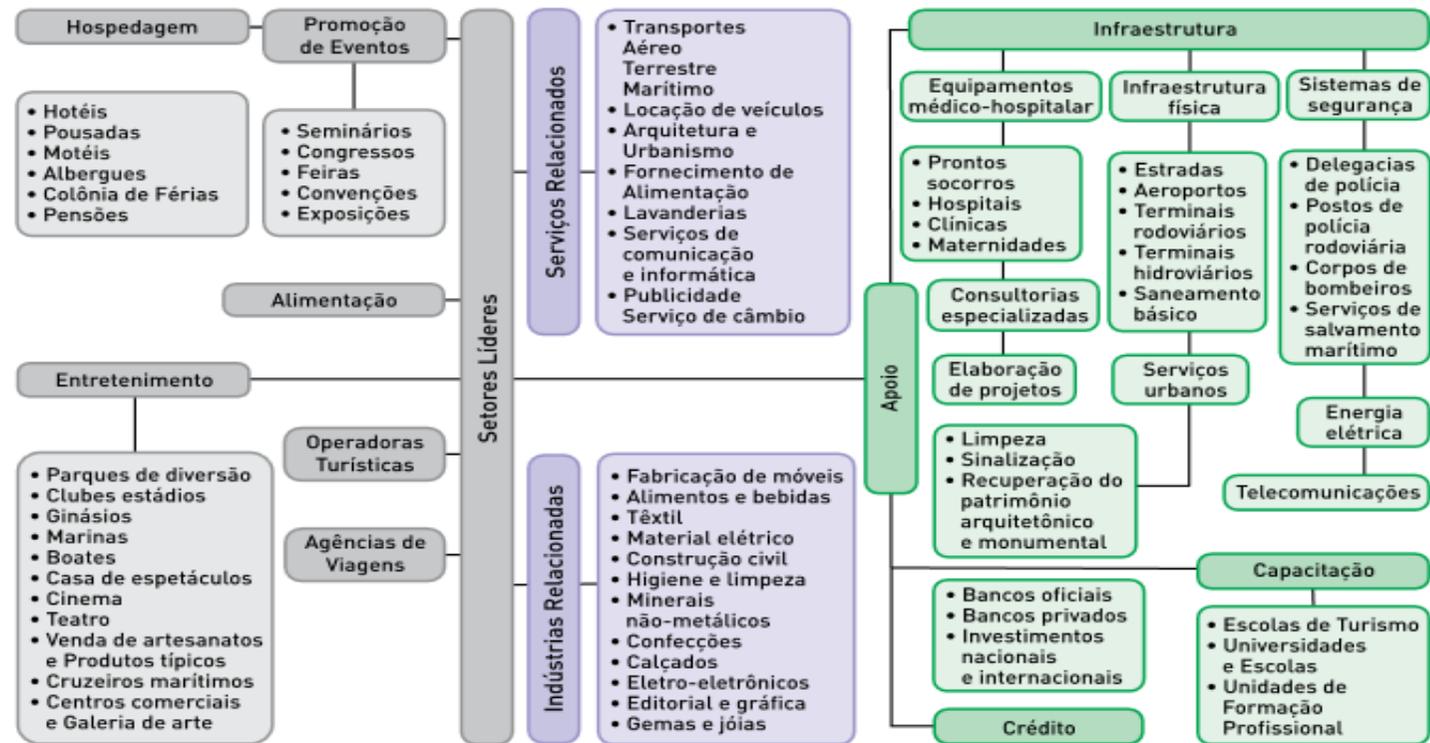
6. Sente a necessidade de que sejam implantados novos projetos voltados ao turismo para que a cidade possa melhorar o fluxo de turistas?

Sim Não Não sei dizer

ANEXOS

Anexo 1 – Esquema da Cadeia Produtiva do Turismo

Figura 1 – Cadeia Produtiva do Turismo



Fonte: SEBRAE (2010, p.31)

Anexo 2 – Esquema dos Macros Processos da Gestão do Patrimônio Arqueológico



Fonte: PARDI (2002, p.21)